

BM&FBOVESPA

A Nova Bolsa



REGULAMENTO DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA BM&FBOVESPA

Dezembro 2015

ÍNDICE

REGISTRO DE VERSÕES	4
TÍTULO I: INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO ÚNICO: OBJETO.....	5
TÍTULO II: ATUAÇÃO DA CÂMARA COMO CONTRAPARTE CENTRAL.....	6
CAPÍTULO I: A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO E LIQUIDAÇÃO	6
Seção Única: Disposições Gerais.....	6
CAPÍTULO II: PARTICIPANTES DA CÂMARA NA LIQUIDAÇÃO PELO SALDO LÍQUIDO MULTILATERAL.....	7
Seção I: Disposições Gerais.....	7
Seção II: Membro de Compensação	7
Seção III: Liquidante	9
Seção IV: Participante de Negociação Pleno	10
Seção V: Participante de Liquidação	11
Seção VI: Participante de Negociação.....	12
Seção VII: Agente de Custódia	13
Seção VIII: Depositário do Agronegócio	13
Seção IX: Banco Emissor de Garantias.....	14
Seção X: Comitente	14
CAPÍTULO III: LIQUIDAÇÃO PELO SALDO LÍQUIDO MULTILATERAL.....	16
Seção I: Aceitação de Operações	16
Seção II: Repasse de Operações.....	16
Seção III: Alocação de Operações	17
Seção IV: Controle de Posições	18
Seção V: Compensação.....	18
Seção VI: Liquidação do Saldo Líquido Multilateral em Moeda Nacional	19
Seção VII: Liquidação do Saldo Líquido Multilateral em Ouro Custodiado na Central Depositária da BM&FBOVESPA.....	19
Seção VIII: Liquidação de Derivativos por Entrega Física de Mercadoria	21
CAPÍTULO IV: ADMINISTRAÇÃO DE RISCO	24
Seção I: Disposições Gerais.....	24
Seção II: Avaliação e Cobertura do Risco de Crédito	25

Índice

Seção III: Administração do Risco Intradiário	26
Seção IV: Fundo de Liquidação	28
Seção V: Utilização de Garantias	30
Seção VI: Sequência de Utilização de Garantias.....	32
CAPÍTULO V: FALHAS NO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES	34
Seção I: Disposições Gerais.....	34
Seção II: Caracterização de Participante como Devedor Operacional e como Inadimplente.....	35
Seção III: Falha na Liquidação do Saldo Líquido Multilateral em Moeda Nacional.....	36
Seção IV: Falha na Liquidação do Saldo Líquido Multilateral em Ouro Custodiado na Central Depositária da BM&FBOVESPA.....	39
Seção V: Falha na Liquidação por Entrega de Mercadoria.....	40
CAPÍTULO VI: SITUAÇÕES ESPECIAIS	42
Seção I: Participante da Câmara Submetido aos Regimes de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Intervenção, Falência ou Liquidação Extrajudicial	42
Seção II: Procedimentos Especiais de Liquidação e de Administração de Risco	43
Seção III: Preservação da Compensação de Direitos e Obrigações em Caso de Falha da Câmara	43
CAPÍTULO VII: ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADES DA BM&FBOVESPA	46
TÍTULO III: DISPOSIÇÕES GERAIS	47
CAPÍTULO I: INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E POLÍTICA DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS.....	47
CAPÍTULO II: MEDIDAS DE EMERGÊNCIA.....	48
CAPÍTULO III: CUSTOS E ENCARGOS.....	49
CAPÍTULO IV: SANÇÕES	50
CAPÍTULO V: DISPOSIÇÕES FINAIS	51

Registro de versões

REGISTRO DE VERSÕES

Capítulo	Versão	Data
TÍTULO I: INTRODUÇÃO		
Capítulo Único: Objeto	01	18/08/2014
TÍTULO II: ATUAÇÃO DA CÂMARA COMO CONTRAPARTE CENTRAL		
Capítulo I: A Câmara de Compensação e Liquidação	01	18/08/2014
Capítulo II: Participantes da Câmara na Liquidação pelo Saldo Líquido Multilateral	01	18/08/2014
Capítulo III: Liquidação pelo Saldo Líquido Multilateral	01	18/08/2014
Capítulo IV: Administração de Risco	02	28/12/2015
Capítulo V: Falhas no Cumprimento de Obrigações	01	18/08/2014
Capítulo VI: Situações Especiais	01	18/08/2014
Capítulo VII: Isenção de Responsabilidades da BM&FBOVESPA	01	18/08/2014
TÍTULO III: DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS		
Capítulo I: Infraestrutura Tecnológica e Política de Continuidade de Negócios	01	18/08/2014
Capítulo II: Medidas de Emergência	01	18/08/2014
Capítulo III: Custos e Encargos	01	18/08/2014
Capítulo IV: Sanções	01	18/08/2014
Capítulo V: Disposições Finais	02	28/12/2015

TÍTULO I: INTRODUÇÃO

CAPÍTULO ÚNICO: OBJETO

Art. 1º Este regulamento disciplina as atividades desenvolvidas pela BM&FBOVESPA, na qualidade de **câmara de compensação e liquidação**, e pelos **participantes** a ela relativos, no que se refere à **aceitação, compensação, liquidação** e administração de risco de contraparte de **operações do mercado de derivativos** financeiros e de commodities, contemplando os contratos listados e de balcão, e **operações** do mercado a vista de ouro, bem como outras atividades relacionadas.

§1º A **câmara**, ao desempenhar as suas atividades, prioriza a segurança, a eficiência, a integridade e a manutenção da estabilidade do sistema financeiro.

§2º Considera-se como **câmara**, para fins deste regulamento, a BM&FBOVESPA, na prestação, em caráter principal, dos serviços relacionados à **aceitação, compensação, liquidação** e administração de risco de **operações**, bem como outras atividades relacionadas.

Art. 2º O Título II dispõe sobre as situações nas quais a BM&FBOVESPA, por intermédio da **câmara**, nos termos da legislação em vigor, atua como **contraparte central**.

Parágrafo único. A **câmara** atua como **contraparte central** nas **operações** em que ocorre **liquidação pelo saldo líquido multilateral**.

Art. 3º Complementam este regulamento:

I - o manual de procedimentos operacionais da **câmara**;

II - o manual de administração de risco da **câmara**;

III - o regulamento de acesso e o manual de acesso da BM&FBOVESPA; e

IV - os ofícios circulares e comunicados externos editados pela BM&FBOVESPA em vigor.

Art. 4º Aos termos em negrito, em suas formas no singular e no plural, e às siglas utilizadas neste regulamento, aplicam-se as definições e significados constantes do glossário da BM&FBOVESPA de termos e siglas, o qual é um documento independente dos demais normativos da BM&FBOVESPA.

Parágrafo único. Os termos usuais do mercado financeiro e de capitais, os de natureza jurídica, econômica e contábil, e os termos técnicos de qualquer outra natureza empregados neste regulamento e não constantes do glossário da BM&FBOVESPA de termos e siglas têm os significados geralmente aceitos no Brasil.

TÍTULO II: ATUAÇÃO DA CÂMARA COMO CONTRAPARTE CENTRAL**CAPÍTULO I: A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO E LIQUIDAÇÃO****Seção Única: Disposições Gerais**

Art. 5º A **câmara** realiza a **aceitação**, a **compensação**, a **liquidação** e a administração de risco de contraparte de **operações** que são realizadas em **ambientes de negociação** ou registradas em **ambientes de registro** administrados pela BM&FBOVESPA.

Art. 6º No desenvolvimento de suas atividades, a **câmara**:

I - assume a posição de **contraparte central** na **liquidação**, exclusivamente, perante os **membros de compensação**;

II - dispõe de **salvaguardas** e instrumentos para administração e controle de risco para garantir o cumprimento das obrigações por ela assumidas; e

III - realiza as atividades e os serviços considerados necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes deste regulamento.

Art. 7º A BM&FBOVESPA pode firmar contratos, convênios ou constituir outros vínculos contratuais para o cumprimento das obrigações da **câmara**.

Art. 8º São passíveis de **aceitação** pela **câmara** as **operações** realizadas em **ambientes de negociação** e ou registradas em **ambientes de registro**:

I - nos **mercados de derivativos** financeiros e de commodities listados e de balcão; e

II - no mercado a vista de ouro.

Parágrafo único. As modalidades e as características das **operações** aceitas pela **câmara** são definidas no manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

Art. 9º A **aceitação**, a **compensação**, a **liquidação**, e a administração de risco de contraparte de **operações** obedecem às regras deste regulamento e aos procedimentos estabelecidos nos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**.

Art. 10 A **liquidação** dos resultados apurados pela **câmara** em moeda nacional, **moeda estrangeira** e **ativos** é irrevogável e definitiva no momento da transferência dos respectivos saldos das **contas de liquidação da câmara** para as **contas de Liquidação** dos **participantes**, as quais ocorrem de forma simultânea, na forma deste regulamento e do manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

CAPÍTULO II: PARTICIPANTES DA CÂMARA NA LIQUIDAÇÃO PELO SALDO LÍQUIDO MULTILATERAL

Seção I: Disposições Gerais

Art. 11 Os **participantes autorizados** e os **participantes cadastrados** da BM&FBOVESPA que atuam na **câmara** para a execução do processo de **liquidação pelo saldo líquido multilateral** são:

- I - membro de compensação;
- II - liquidante;
- III - participante de negociação pleno;
- IV - participante de liquidação;
- V - participante de negociação;
- VI - agente de custódia;
- VII - depositário do agronegócio;
- VIII - banco emissor de garantias; e
- IX - comitente.

§1º O **membro de compensação**, o **participante de negociação pleno**, o **participante de liquidação** e o **participante de negociação** são **participantes autorizados**, de acordo com o disposto no regulamento de acesso e manual de acesso da BM&FBOVESPA, e suas respectivas **autorizações de acesso** são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração da BM&FBOVESPA.

§2º O **agente de custódia** é **participante** autorizado de acordo com o disposto nas regras e procedimentos de acesso aplicáveis à **central depositária** da BM&FBOVESPA.

§3º O **liquidante**, o **depositário do agronegócio** e o **comitente** são **participantes cadastrados**, de acordo com o disposto no regulamento de acesso e manual de acesso da BM&FBOVESPA.

Art. 12 Podem atuar como **participantes** da **câmara** as pessoas físicas, jurídicas, fundos e entidades de investimento coletivo que, conforme o caso:

I - cumprirem os requisitos e os procedimentos para a admissão de **participantes** estabelecidos no regulamento de acesso e no manual de acesso da BM&FBOVESPA, bem como na legislação e regulamentação em vigor; ou

II - cumprirem os requisitos e os procedimentos para o **cadastro** de **participantes** estabelecidos no regulamento de acesso e no manual de acesso da BM&FBOVESPA, bem como na legislação e regulamentação em vigor.

Seção II: Membro de Compensação

Art. 13 O **membro de compensação** é o **participante** detentor de **autorização de acesso** para **liquidação** financeira diretamente perante a **câmara**, contratado por **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, devendo ser também, necessariamente, um **agente de custódia**.

Art. 14 O **membro de compensação** é responsável por:

I - liquidar, perante a **câmara**, na forma e nos prazos por esta estabelecidos, as obrigações decorrentes das **operações** atribuídas ao **membro de compensação** e aos demais **participantes** que utilizam os seus serviços de **compensação** e **liquidação**, nos termos deste regulamento e dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**;

II - liquidar as obrigações assumidas perante os **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação** que utilizam os seus serviços de **compensação** e **liquidação**, nos termos deste regulamento e dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**;

III - efetuar, na forma, no valor e nos prazos estabelecidos, o **depósito de garantias** exigidas pela **câmara**, inclusive as **garantias** destinadas à constituição do **fundo de liquidação**, nos termos dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**;

IV - responsabilizar-se pela autenticidade e a legitimidade das **garantias**, **ativos** e documentos entregues à **câmara** diretamente ou por **participantes** que utilizem seus serviços de **compensação** e **liquidação**;

V - respeitar os **limites operacionais** estabelecidos no manual de procedimentos operacionais da **câmara** e no manual de administração de risco da **câmara**;

VI - prestar as informações exigidas e seguir os procedimentos estabelecidos pela BM&FBOVESPA em seus regulamentos, manuais, ofícios circulares e comunicados externos; e

VII - assegurar a existência e a implementação de mecanismos de efetivo controle no **participante de negociação pleno** e no **participante de liquidação** sob sua responsabilidade em relação à administração de risco e outros controles que visem assegurar a **liquidação** de **ativos** e recursos financeiros pelos **comitentes**, na forma e nos prazos estabelecidos no manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

§1º O **membro de compensação** torna-se responsável pelas obrigações decorrentes de uma **operação** a partir do momento de sua **aceitação** pela **câmara**, observadas as regras de **repasso** previstas neste regulamento e no manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

§2º O **membro de compensação** permanece responsável pelas obrigações assumidas perante a **câmara** mesmo em caso de falha ou incapacidade de **pagamento** ou de **entrega** dos **participantes de negociação plenos**, **participantes de liquidação**, **participantes de negociação** e **comitentes** a ele vinculados.

§3º O **membro de compensação** permanece responsável pelas **operações** registradas sob a sua responsabilidade até, perante a **câmara** e **participantes**, a completa extinção de todas as obrigações decorrentes de tais **operações**, independentemente da suficiência e da qualidade das **garantias** depositadas.

Art. 15 Para movimentação de recursos financeiros perante a **câmara**, que inclui efetuar e receber **pagamentos**, o **membro de compensação** deve ser ou contratar **liquidante**.

§1º O **membro de compensação** permanece responsável pelas obrigações assumidas perante a **câmara** em caso de falha ou incapacidade do **liquidante** de efetuar **pagamentos**.

§2º O **membro de compensação** é responsável pela escolha e contratação de seu **liquidante**.

§3º A **câmara** não é responsável pela relação de crédito existente entre o **membro de compensação** e seu **liquidante**, nos termos deste regulamento, do manual de procedimentos operacionais da **câmara** e do manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 16 O **membro de compensação** deve informar à **câmara**, ao **participante de negociação pleno** e ao **participante de liquidação**, com antecedência mínima de 30 dias úteis, da intenção de não mais prestar serviços para determinado **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** que o tenha contratado, sem prejuízo da preservação da responsabilidade do **membro de compensação** pela **liquidação** das **operações** contratadas durante o período de vigência do contrato até a completa extinção de todas as obrigações decorrentes de tais **operações**.

Parágrafo único. O prazo de 30 dias úteis previsto no *caput* deste artigo pode ser reduzido pelo **membro de compensação** no caso de descumprimento de contrato e de **limites operacionais** pelo **participante de negociação pleno** ou pelo **participante de liquidação**.

Art. 17 Sem prejuízo de outras disposições estabelecidas pela BM&FBOVESPA, os instrumentos contratuais firmados entre **membro de compensação** e **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** devem conter, no mínimo, as seguintes disposições:

I - prazo mínimo de 30 dias úteis para aviso prévio da intenção de rescisão do instrumento contratual por parte do **membro de compensação**, bem como obrigatoriedade de pronta comunicação da intenção de rescisão à **câmara**;

II - obrigatoriedade de observação aos prazos e horários das **janelas de liquidação** estabelecidos pela **câmara**;

III - obrigatoriedade de observação aos **limites operacionais** impostos pela **câmara** aos **participantes** e aos **limites operacionais** impostos pelo **membro de compensação** aos **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação**; e

IV - declaração de conhecimento, aceite e submissão dos **participantes** a este regulamento, ao manual de procedimentos operacionais da **câmara**, ao manual de administração de risco da **câmara**, ao regulamento de acesso e manual de acesso da BM&FBOVESPA, aos ofícios circulares, comunicados externos e outros normativos editados pela BM&FBOVESPA, bem como a todas as suas posteriores alterações.

Seção III: Liquidante

Art. 18 O **liquidante** é o **participante** que utiliza sua **conta Reservas Bancárias** ou **conta de Liquidação** para efetuar ou receber os **pagamentos** referentes aos processos de **liquidação** dos **membros de compensação** com a **câmara**.

§1º O **liquidante** titular de **conta de Liquidação** somente pode efetuar ou receber **pagamentos** referentes a sua própria **liquidação**, enquanto **membro de compensação**.

§2º O **liquidante** titular de **conta Reservas Bancárias** pode utilizá-la para efetuar ou receber **pagamentos** referentes à:

I - **liquidação** própria, enquanto **membro de compensação**; e

II - **liquidação** de outros **membros de compensação**.

Art. 19 O **liquidante** é responsável por:

I - efetuar e receber **pagamentos** para a e da **conta de liquidação da câmara**, em nome próprio e de terceiros, nos prazos e horários estabelecidos no manual de procedimentos operacionais da **câmara**; e

II - comunicar, nos prazos estabelecidos pela **câmara** em seu manual de procedimentos operacionais, a disponibilidade, total ou parcial, dos recursos destinados ao cumprimento das obrigações dos **membros de compensação**.

Parágrafo único. É vedada a **compensação**, pelo **liquidante**, de **pagamentos de membros de compensação** para os quais preste serviços.

Seção IV: Participante de Negociação Pleno

Art. 20 O **participante de negociação pleno** é o **participante** detentor de **autorização de acesso** para negociação, observados os termos e os requisitos estabelecidos no regulamento e no manual de acesso da BM&FBOVESPA, o qual realiza **operações** por conta própria e de terceiros e utiliza os serviços prestados por um **membro de compensação** para a **liquidação de operações** perante a **câmara**, devendo ser também, necessariamente, um **agente de custódia**.

Art. 21 Para o exercício de suas atividades, caso não seja **membro de compensação**, o **participante de negociação pleno** deve contratar e nomear **membro de compensação** que atuará como responsável pela **liquidação** das **operações** próprias e de terceiros perante a **câmara**.

Art. 22 O **participante de negociação pleno** é responsável pela escolha e contratação do **membro de compensação**.

Parágrafo único. A **câmara** não é responsável pela relação de crédito existente entre o **participante de negociação pleno** e seu **membro de compensação**, nos termos deste regulamento, do manual de procedimentos operacionais da **câmara** e do manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 23 O **participante de negociação pleno** é responsável por:

I - liquidar, perante o **membro de compensação**, na forma, no valor e nos prazos estabelecidos, as obrigações decorrentes das **operações** atribuídas ao **participante de negociação pleno** e aos **comitentes** a ele vinculados, diretamente ou por intermédio de **participante de negociação**, nos termos deste regulamento e dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**;

II - liquidar as obrigações assumidas perante os **participantes de negociação** e **comitentes** a ele vinculados, nos termos deste regulamento e dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**;

III - efetuar, na forma, no valor e nos prazos estabelecidos, o **depósito de garantias** exigidas pelo **membro de compensação** e pela **câmara**, nos termos deste regulamento e do manual de administração de risco da **câmara**;

IV - responsabilizar-se pela autenticidade e a legitimidade das **garantias, ativos** e documentos

entregues à **câmara**, diretamente ou por **participantes de negociação** e **comitentes** a ele vinculados;

V - respeitar os **limites operacionais** estabelecidos pelo **membro de compensação** e pela **câmara**; e

VI - prestar as informações exigidas e seguir os procedimentos estabelecidos pela BM&FBOVESPA em seus regulamentos, manuais, ofícios circulares e comunicados externos.

Parágrafo único. O **participante de negociação pleno** permanece responsável pelas obrigações assumidas perante o **membro de compensação** mesmo em caso de falha ou incapacidade de **pagamento** ou de **entrega dos comitentes** e dos **participantes de negociação** a ele vinculados.

Seção V: Participante de Liquidação

Art. 24 O **participante de liquidação** é um **participante** detentor de **autorização de acesso** para atuar no processo de **compensação** e **liquidação**, sem acesso direto aos **ambientes de negociação** administrados pela BM&FBOVESPA, assumindo, via **repass**e de **operações**, a responsabilidade pela **liquidação** de **operações** próprias e de terceiros, devendo atuar como ou utilizar serviços de um **membro de compensação**, com quem deve manter contrato, bem como ser também, necessariamente, um **agente de custódia**.

Art. 25 Para o exercício de suas atividades, caso não seja **membro de compensação**, o **participante de liquidação** deve contratar e nomear **membro de compensação** que atuará como responsável pela **liquidação** das **operações** próprias e de terceiros perante a **câmara**.

Art. 26 O **participante de liquidação** é responsável pela escolha e contratação do **membro de compensação**.

Parágrafo único. A **câmara** não é responsável pela relação de crédito existente entre o **participante de liquidação** e seu **membro de compensação**, nos termos deste regulamento, do manual de procedimentos operacionais da **câmara** e do manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 27 O **participante de liquidação** é responsável por:

I - liquidar, perante o **membro de compensação**, na forma, no valor e nos prazos estabelecidos, as obrigações decorrentes das **operações** atribuídas ao **participante de liquidação** e aos **comitentes** a ele vinculados, nos termos deste regulamento e dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**;

II - liquidar as obrigações assumidas perante os **comitentes** a ele vinculados, nos termos deste regulamento e dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**;

III - efetuar, na forma, no valor e nos prazos estabelecidos, o **depósito de garantias** exigidas pelo **membro de compensação** e pela **câmara**, nos termos deste regulamento e do manual de administração de risco da **câmara**;

IV - responsabilizar-se pela autenticidade e a legitimidade das **garantias**, **ativos** e documentos entregues à **câmara**, diretamente ou por **comitentes** a ele vinculados;

V - respeitar os **limites operacionais** estabelecidos pelo **membro de compensação** e pela **câmara**; e

VI - prestar as informações exigidas e seguir os procedimentos estabelecidos pela BM&FBOVESPA em seus regulamentos, manuais, ofícios circulares e comunicados externos.

Parágrafo único. O **participante de liquidação** permanece responsável pelas obrigações assumidas perante o **membro de compensação** e a **câmara** mesmo em caso de falha ou incapacidade de **pagamento** e de **entrega dos comitentes** a ele vinculados.

Seção VI: Participante de Negociação

Art. 28 O **participante de negociação** é o **participante** detentor de **autorização de acesso** para a intermediação de **operações de comitentes** e para a realização de **operações** próprias, observados os termos e os requisitos estabelecidos no regulamento e no manual de acesso da BM&FBOVESPA, o qual acessa o **ambiente de negociação** por intermédio de um ou mais **participantes de negociação plenos** e liquida suas **operações** por intermédio e sob a responsabilidade de um **participante de negociação pleno** e de seu respectivo **membro de compensação**, devendo ser também, necessariamente, um **agente de custódia**.

Art. 29 Para o exercício de suas atividades, o **participante de negociação** deve contratar e nomear **participante de negociação pleno**, que atuará como responsável pela execução das **operações** suas e de terceiros nos ambientes, sistemas e **mercados da BM&FBOVESPA**, bem como pela **liquidação** de suas **operações** perante o **membro de compensação**.

Art. 30 O **participante de negociação** é responsável pela escolha e contratação do **participante de negociação pleno**.

Parágrafo único. A **câmara** não é responsável pela relação de crédito existente entre o **participante de negociação** e seu **participante de negociação pleno**, tampouco com seu respectivo **membro de compensação**, nos termos deste regulamento, do manual de procedimentos operacionais da **câmara** e do manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 31 O **participante de negociação** é responsável por:

I - liquidar, perante o **participante de negociação pleno**, na forma, no valor e nos prazos estabelecidos, as obrigações decorrentes das **operações** atribuídas ao **participante de negociação** e aos **comitentes** a ele vinculados, nos termos deste regulamento e dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**;

II - liquidar as obrigações assumidas perante os **comitentes** a ele vinculados, nos termos deste regulamento e dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**;

III - efetuar, na forma, no valor e nos prazos estabelecidos, o **depósito de garantias** exigidas pelo **participante de negociação pleno**, **membro de compensação** e pela **câmara**, nos termos deste regulamento e dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**;

IV - responsabilizar-se pela autenticidade e a legitimidade das **garantias**, **ativos** e documentos entregues à **câmara**, diretamente ou por **comitentes** a ele vinculados;

V - respeitar os **limites operacionais** estabelecidos pelo **participante de negociação pleno**, pelo **membro de compensação** e pela **câmara**; e

VI - prestar as informações exigidas e seguir os procedimentos estabelecidos pela BM&FBOVESPA em seus regulamentos, manuais, ofícios circulares e comunicados externos.

Parágrafo único. O **participante de negociação** permanece responsável pelas obrigações assumidas perante o **participante de negociação pleno** mesmo em caso de falha ou incapacidade de **pagamento** e de **entrega dos comitentes** a ele vinculados.

Seção VII: Agente de Custódia

Art. 32 O **agente de custódia** é o **participante** autorizado a acessar o sistema de custódia da **central depositária** da BM&FBOVESPA, de acordo com as regras e os procedimentos de acesso específicos da BM&FBOVESPA.

Art. 33 O **agente de custódia** é responsável por:

I - efetuar, a pedido do **comitente**, **entregas** na **conta de liquidação de ativos** da **câmara** mantida na **central depositária** da BM&FBOVESPA, nos prazos e horários estabelecidos no manual de procedimentos operacionais da **câmara**;

II - receber, a pedido do **comitente**, **entregas** da **conta de liquidação de ativos** da **câmara** mantida na **central depositária** da BM&FBOVESPA, nos prazos e horários estabelecidos no manual de procedimentos operacionais da **câmara**;

III - confirmar, nos prazos estabelecidos pela **câmara**, a disponibilidade, total ou parcial, dos saldos dos **ativos** destinados ao cumprimento das obrigações assumidas; e

IV - analisar e manifestar sua aceitação ou recusa de receber e entregar os **ativos**.

Art. 34 Outros deveres e direitos do **agente de custódia** são descritos nos normativos em vigor editados pela BM&FBOVESPA que estabelecem as regras e os procedimentos operacionais da **central depositária** da BM&FBOVESPA.

Seção VIII: Depositário do Agronegócio

Art. 35 O **depositário do agronegócio** é o **participante** que guarda e realiza a manutenção das **mercadorias**, bem como atua na **liquidação** de **derivativos** por **entrega física de mercadoria**.

Art. 36 O **depositário do agronegócio** é responsável por:

I - possuir as autorizações necessárias para o exercício de suas atividades de armazenagem;

II - possuir comprovada capacidade de armazenagem em condições técnicas adequadas, bem como equipamentos e maquinários específicos para a **mercadoria** que se disponha a armazenar;

III - atender às normas para **cadastro**, conforme o disposto no regulamento de acesso e no manual de acesso da BM&FBOVESPA; e

IV - atuar no processo de **liquidação** de **derivativos** por **entrega de mercadoria** conforme o

disposto no manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

Seção IX: Banco Emissor de Garantias

Art. 37 O **banco emissor de garantias** é o **participante cadastrado** que emite, em favor de terceiros, **ativos** passíveis de aceitação pela **câmara** em **garantia**, nos termos do manual de administração de risco da **câmara**.

Parágrafo único. O **banco emissor de garantias** está sujeito à imposição de **limites operacionais** relativos à utilização das **garantias** de sua emissão, de acordo com o disposto no manual de administração de risco da **câmara**.

Seção X: Comitente

Art. 38 O **comitente** é um **participante** que tem **operações** próprias realizadas e registradas no **ambiente de negociação** e no **ambiente de registro** da BM&FBOVESPA, por sua conta e ordem, por intermédio de um **participante de negociação pleno** ou **participante de negociação**, as quais são liquidadas na **câmara** por intermédio de um **membro de compensação** contratado por um **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, e que utiliza os serviços de um **agente de custódia** para a custódia e movimentação de seus **ativos** na **central depositária** da BM&FBOVESPA.

Art. 39 O **comitente** é responsável por:

I - manter vínculo contratual com **participante de negociação pleno**, **participante de liquidação** ou **participante de negociação**, conforme o caso;

II - manter dados cadastrais atualizados perante o **participante de negociação pleno**, **participante de liquidação** e o **participante de negociação**, conforme o caso, nos termos da legislação em vigor;

III - liquidar, perante o **participante de negociação pleno**, **participante de liquidação** e **participante de negociação**, conforme o caso, na forma, no valor e nos prazos estabelecidos, as obrigações decorrentes das **operações** a ele atribuídas, nos termos deste regulamento e dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**;

IV - efetuar, na forma, no valor e nos prazos estabelecidos, o **depósito de garantias** exigidas pelo **participante de negociação pleno**, pelo **participante de liquidação**, pelo **participante de negociação**, pelo **membro de compensação** e pela **câmara**, nos termos deste regulamento e dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**;

V - assegurar e responsabilizar-se pela autenticidade e legitimidade das **garantias**, **ativos** e documentos entregues à **câmara**, diretamente ou por intermédio de outros **participantes**;

VI - respeitar os **limites operacionais** estabelecidos pelo **membro de compensação**, **participante de negociação pleno**, **participante de liquidação**, **participante de negociação** e pela **câmara**, conforme o caso; e

VII - prestar as informações exigidas e seguir os procedimentos estabelecidos pela BM&FBOVESPA em seus regulamentos, manuais, ofícios circulares e comunicados externos.

Parágrafo único. Ao **comitente** podem ser estabelecidos, pela **câmara**, pelo **membro de**

compensação, pelo **participante de negociação pleno**, pelo **participante de liquidação** e pelo **participante de negociação**, conforme o caso, regras, critérios e limites de atuação.

CAPÍTULO III: LIQUIDAÇÃO PELO SALDO LÍQUIDO MULTILATERAL

Seção I: Aceitação de Operações

Art. 40 Em decorrência da **aceitação de operações**, a BM&FBOVESPA assume a posição de **contraparte central**, para fins de **liquidação de operações** pelo **saldo líquido multilateral**, exclusivamente perante os **membros de compensação**.

Art. 41 A **câmara** identifica, em seu manual de procedimentos operacionais, as **operações** com **ativos e derivativos** para as quais atua como **contraparte central**.

Art. 42 As **operações** para as quais a **câmara** atua como **contraparte central** que forem realizadas no **ambiente de negociação** administrado pela BM&FBOVESPA são consideradas aceitas pela **câmara** no momento do fechamento do negócio (*matching*), ressalvado o disposto no artigo 44.

Parágrafo único. Os negócios fechados no **ambiente de negociação** e aceitos pela **câmara** são informados aos **membros de compensação, participantes de negociação plenos e participantes de liquidação** por meio de mensagens eletrônicas e consultas eletrônicas, conforme o disposto no manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

Art. 43 As **operações** para as quais a **câmara** atua como **contraparte central** que forem realizadas em **mercado de balcão organizado** e registradas na BM&FBOVESPA são consideradas aceitas pela **câmara** no momento da confirmação, pela **câmara**, do **depósito das garantias** exigidas das contrapartes originais da **operação**, ressalvado o disposto no artigo 44.

Parágrafo único. Os negócios fechados em mercados de balcão, registrados na BM&FBOVESPA e aceitos pela **câmara**, são informados aos **membros de compensação, participantes de negociação plenos e participantes de liquidação** por meio de mensagens eletrônicas e consultas eletrônicas, conforme o disposto no manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

Art. 44 A **câmara** pode, antes da **liquidação pelo saldo líquido multilateral**, reverter a **aceitação** de uma **operação** e suspender os seus efeitos perante a **câmara** e os demais **participantes**, nas seguintes hipóteses:

I - quando a **operação** for cancelada pela BM&FBOVESPA no âmbito do **ambiente de negociação**, nos termos do regulamento e do manual de procedimentos operacionais de referido ambiente;

II - quando ocorrer fraude ou violação da legislação e das normas em vigor, a critério do Diretor Presidente da BM&FBOVESPA; e/ou

III - por determinação dos órgãos reguladores ou do poder judiciário.

Seção II: Repasse de Operações

Art. 45 O **repasse** deve ser realizado pelo **participante de negociação pleno** de acordo com o manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

§1º A BM&FBOVESPA estabelece quais os mercados em que é permitido o **repasse de operações**, observada a legislação e regulamentação em vigor.

§2º Os prazos e procedimentos relativos ao **repasse** são estabelecidos no manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

Art. 46 O **participante de negociação pleno** solicitante do **repasse** deve indicar outro **participante de negociação pleno**, ou um **participante de liquidação**, para o qual é repassada a **operação**.

Art. 47 As relações de **repasse** são identificadas previamente na estrutura de **contas** dos **participantes** por meio de **vínculos** no **cadastro** da BM&FBOVESPA.

Parágrafo único. Os tipos de **vínculo** para **repasse** de **operações** são estabelecidos no manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

Art. 48 O **participante** recebedor do **repasse** pode, mediante fundamentação, nos termos do manual de procedimentos operacionais da **câmara**, rejeitar **operações** a ele repassadas.

§1º O **repasse** aceito torna o **participante** recebedor e seu **membro de compensação** responsáveis pelas obrigações decorrentes da **operação** repassada.

§2º Rejeitado o **repasse**, o **participante de negociação pleno** executor da **operação** e seu respectivo **membro de compensação** permanecem responsáveis pela **operação**.

Seção III: Alocação de Operações

Art. 49 O **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, este último quando recebedor de **repasse**, deve efetuar a **alocação** das **operações**, de acordo com o disposto no manual de procedimentos operacionais da **câmara**, observado também o disposto nos parágrafos a seguir.

§1º Visando à administração do risco de contraparte, a **câmara** pode exigir dos **participantes**:

I - a **alocação** de **operações** para **comitentes** imediatamente após a **captura** das **operações**; e

II - a identificação prévia dos **comitentes** nas ofertas transmitidas à plataforma eletrônica de negociação.

§2º O **participante de negociação** deve fornecer ao **participante de negociação pleno**, na forma e nos prazos estabelecidos pela **câmara**, as informações necessárias para a realização da **alocação** das **operações** dos **comitentes**.

Art. 50 Na falta de **alocação** ou ocorrendo **alocação** inadequada, as **operações** são atribuídas ao **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** responsável, por meio de **registro** em **conta** específica em seu nome, observados os termos do manual de procedimentos operacionais da **câmara** e do manual de administração de risco da **câmara**.

Parágrafo único. As **operações** registradas em **contas** específicas são submetidas à análise e acompanhamento pela **câmara**, devendo ser encerradas observados os termos do manual de procedimentos operacionais da **câmara**, sem prejuízo do cumprimento do **depósito de garantias**.

Seção IV: Controle de Posições

Art. 51 A **câmara** realiza o **controle de posições**, por meio do qual são identificados, registrados e atualizados os direitos e obrigações dos **participantes**, inclusive dos **comitentes**, relativos a:

I - operações do mercado à vista aceitas e ainda não liquidadas;

II - posições em aberto em mercados de **liquidação** futura; e

III - garantias depositadas.

Art. 52 O **controle de posições** é realizado pela **câmara** de forma individualizada por conta de **comitente** registrada sob cada **participante de negociação pleno**, **participante de liquidação**, **participante de negociação** e sob cada **membro de compensação**, de acordo com o disposto no manual de procedimentos operacionais da **câmara**, e contempla:

I - a composição das **posições** do **comitente** em todos os mercados administrados pela BM&FBOVESPA e cujas **operações** sejam liquidadas e garantidas pela **câmara**;

II - a administração das **posições** ao longo de seu ciclo de vida e a atualização das **posições** para cada evento que afete os direitos e obrigações dos **participantes**, tais como:

- a)** nova **operação** aceita pela **câmara**;
- b)** eventos relacionados à **alocação**, transferência de **posições**, **repass**e, eventos corporativos, atualizações de preços, vencimento de contratos, extinção de obrigações e direitos, exercício de opções, falhas de **liquidação**; e
- c)** outros eventos definidos pela BM&FBOVESPA.

III - o fornecimento de informações sobre as **posições** aos **participantes**.

Seção V: Compensação

Art. 53 A **câmara** apura, para cada data de **liquidação**, os **saldos líquidos multilaterais** dos **membros de compensação**, dos **participantes de negociação plenos**, dos **participantes de liquidação** e dos **comitentes**, por meio da **compensação** das obrigações e dos direitos decorrentes das **operações** realizadas e das **posições** em aberto.

Art. 54 Para cada **participante** e a cada data de **liquidação**, a **câmara** apura, sempre que for o caso:

I - O **saldo líquido multilateral** em moeda nacional; e

II - O **saldo líquido multilateral** em ouro a vista.

§1º A composição dos **saldos líquidos multilaterais** em moeda nacional e ouro é descrita no manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

§2º Os **saldos líquidos multilaterais** dos **comitentes** que possuem **operações** registradas sob diferentes **participantes de negociação plenos**, **participantes de liquidação**, **participantes de negociação** e **membros de compensação** são calculados de forma segregada em relação a cada

combinação entre **participante de negociação pleno, participante de liquidação, participante de negociação e membro de compensação**.

§3º Os saldos compensados são considerados liquidados a partir da **liquidação dos saldos líquidos multilaterais**.

Art. 55 A câmara informa aos **participantes** os respectivos **saldos líquidos multilaterais** a serem liquidados, de acordo com o disposto no manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

Seção VI: Liquidação do Saldo Líquido Multilateral em Moeda Nacional

Art. 56 A **liquidação do saldo líquido multilateral** em moeda nacional entre os **membros de compensação** e a **câmara** é realizada mediante **pagamentos** e recebimentos, durante a **janela de liquidação**, por meio do STR, nas **contas de Liquidação** ou **contas Reservas Bancárias dos liquidantes**, conforme o caso, e na **conta de liquidação da câmara**, segundo os horários e procedimentos estabelecidos no manual de procedimentos operacionais da **câmara**, observadas a legislação e regulamentação em vigor.

Art. 57 A obrigação de **pagamento** do **membro de compensação** perante a **câmara** é considerada extinta quando o BCB confirma a realização do crédito, pelo **membro de compensação**, do saldo devido na **conta de liquidação da câmara** no STR.

Art. 58 A obrigação de **pagamento** da **câmara** perante o **membro de compensação** é considerada extinta quando o BCB confirma a realização do débito na **conta de liquidação da câmara** no STR e do crédito na **conta Reservas Bancárias** ou **conta de Liquidação**, conforme o caso, do **liquidante do membro de compensação**.

Art. 59 A **liquidação do saldo líquido multilateral** em moeda nacional entre **participantes de negociação plenos, participantes de liquidação e membros de compensação** é efetivada em cada data de **liquidação**, diretamente entre os **participantes**, na forma por eles estabelecida, observada a grade de horários de **liquidação** entre **participantes** estabelecida no manual de procedimentos operacionais da **câmara**, observadas a legislação e regulamentação em vigor.

Art. 60 A **liquidação do saldo líquido multilateral** em moeda nacional entre **participantes de negociação plenos, participantes de liquidação e participantes de negociação** é efetivada em cada data de **liquidação**, diretamente entre os **participantes**, na forma por eles estabelecida, observada a grade de horários de **liquidação** entre **participantes** estabelecida no manual de procedimentos operacionais da **câmara**, observadas a legislação e regulamentação em vigor.

Art. 61 A **liquidação do saldo líquido multilateral** em moeda nacional entre **participantes de negociação plenos, participantes de liquidação, participantes de negociação e comitentes** é efetivada em cada data de **liquidação**, diretamente entre os **participantes**, na forma por eles estabelecida, observada a grade de horários de **liquidação** entre **participantes** estabelecida no manual de procedimentos operacionais da **câmara**, observadas a legislação e regulamentação em vigor.

Seção VII: Liquidação do Saldo Líquido Multilateral em Ouro Custodiado na Central Depositária da BM&FBOVESPA

Art. 62 A **liquidação do saldo líquido multilateral** em ouro custodiado na **central depositária** da BM&FBOVESPA é realizada por meio de transferências, durante a **janela de liquidação**, entre as **contas de depósito de ativos dos comitentes** e a **conta de liquidação de ativos da câmara**,

mantidas na **central depositária** da BM&FBOVESPA.

Art. 63 A transferência de ouro da **conta de depósito** do **comitente** para a **conta de liquidação de ativos** da **câmara** é feita mediante autorização do **comitente** ao seu **agente de custódia**, o qual deve processar a instrução observando os horários estabelecidos no manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

Art. 64 A obrigação de **entrega** do **comitente** detentor de **saldo líquido multilateral** devedor de ouro é considerada extinta quando houver a confirmação, pela **central depositária** da BM&FBOVESPA, da transferência do saldo do ouro da **conta** do **comitente** para a **conta de liquidação de ativos** da **câmara**.

Art. 65 O **membro de compensação** é corresponsável pela **entrega** do **saldo líquido multilateral** em ouro devida pelo **comitente**.

Parágrafo único. A corresponsabilidade descrita no *caput* impõe que o **membro de compensação** seja responsável, perante a **câmara**, pelos **custos, encargos** e demais obrigações decorrentes de eventual falha de **entrega** de ouro pelo **comitente**, nos termos dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**.

Art. 66 O **participante de negociação pleno** e o **participante de liquidação**, conforme o caso, são corresponsáveis pela **entrega** do **saldo líquido multilateral** em ouro devida pelo **comitente**.

Parágrafo único. A corresponsabilidade descrita no *caput* impõe que:

I - o **participante de negociação pleno** e o **participante de liquidação** sejam responsáveis, conforme o caso, perante o **membro de compensação**, pelos **custos, encargos** e demais obrigações decorrentes de eventual falha de **entrega** de ouro pelo **comitente**, nos termos dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**; e

II - o **participante de negociação pleno** e o **participante de liquidação** sejam também responsáveis pelo estabelecimento de processos de administração de risco e outros controles que visem assegurar a **liquidação** de ouro pelos **comitentes**, na forma e nos prazos estabelecidos no manual de procedimentos operacionais da **câmara** e no manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 67 O **participante de negociação** é corresponsável pela **entrega** do **saldo líquido multilateral** em ouro devida pelo **comitente**.

Parágrafo único. A corresponsabilidade descrita no *caput* impõe que:

I - o **participante de negociação** seja responsável, perante o **participante de negociação pleno**, pelos **custos, encargos** e demais obrigações decorrentes de eventual falha de **entrega** de ouro pelo **comitente**, nos termos dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**;

II - o **participante de negociação** seja responsável pelo estabelecimento de processos de administração de risco e outros controles que visem assegurar a **liquidação** de ouro pelos **comitentes**, na forma e nos prazos estabelecidos no manual de procedimentos operacionais da **câmara** e no manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 68 A obrigação de **entrega** de ouro pela **câmara** é considerada extinta quando:

I - houver a confirmação da transferência, pela **central depositária** da BM&FBOVESPA, do **saldo líquido multilateral** do ouro, da **conta de liquidação de ativos** da **câmara** para a **conta de depósito de ativos do comitente**; ou

II - a **câmara** tiver executado o processo de tratamento de falha de **entrega** de ouro descrito em seu manual de administração de risco, o qual pode incluir os seguintes procedimentos:

- a) suspensão do envio dos recursos financeiros que originalmente constituíam direitos do **participante** não cumpridor da obrigação de **entrega**;
- b) concessão de prazo adicional para **entrega** de ouro;
- c) emissão de ordem de recompra do ouro em favor do **participante** detentor do direito de recebimento do ouro;
- d) cancelamento da ordem de recompra mediante a **entrega** do ouro pelo devedor e com a anuência do **participante** detentor do direito de recebimento do ouro e da **câmara**;
- e) **liquidação** financeira da **operação** em caso de não execução da **operação** de recompra pelo **participante** detentor do direito de recebimento do ouro;
- f) exigência de **depósito de garantias** adicionais; e
- g) aplicação de **multas** e de penalidades previstas no manual de procedimentos operacionais da **câmara** e em outros normativos editados pela BM&FBOVESPA.

Seção VIII: Liquidação de Derivativos por Entrega Física de Mercadoria

Art. 69 A **liquidação de derivativos** por **entrega** física de **mercadoria** é operacionalizada por intermédio da **câmara**, por meio da adoção de procedimento de **entrega** contra **pagamento**, de acordo com os procedimentos, prazos e documentos previstos no manual de procedimentos operacionais da **câmara**, específicos para cada tipo de contrato, compreendendo:

I - a transferência da propriedade da **mercadoria** do **comitente** detentor da obrigação de **entrega** para o **comitente** comprador detentor do direito de recebimento;

II - a transferência dos recursos correspondentes ao valor principal da **operação** do **comitente** comprador para o **comitente** vendedor da **mercadoria**; e

III - a utilização dos serviços prestados por **depositários do agronegócio**, entidades cadastradas responsáveis pela guarda e manutenção da **mercadoria**.

Art. 70 A obrigação de **entrega** do **comitente** vendedor de **mercadoria** é considerada extinta quando houver a aprovação, pela **câmara**, da documentação recebida do **comitente** vendedor de **mercadoria** e das informações registradas no sistema da **câmara**, conforme prazos, procedimentos e condições específicos de cada contrato, de acordo com o disposto no manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

Art. 71 O **membro de compensação** é corresponsável pela **entrega** de **mercadoria** devida pelo **comitente**.

Parágrafo único. A corresponsabilidade descrita no *caput* impõe que o **membro de compensação** seja responsável, perante a **câmara**, pelos **custos, encargos** e demais obrigações decorrentes de eventual falha de **entrega de mercadoria** pelo **comitente**, nos termos dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**.

Art. 72 Os **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação** são corresponsáveis pela **entrega da mercadoria** devida pelo **comitente**.

Parágrafo único. A corresponsabilidade descrita no *caput* impõe que:

I - os **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação** sejam responsáveis, perante o **membro de compensação**, pelos **custos, encargos** e demais obrigações decorrentes de eventual falha de **entrega de mercadoria** pelo **comitente**, nos termos dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**;

II - os **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação** sejam responsáveis pelo estabelecimento de processos de administração de risco e outros controles que visem assegurar a **entrega de mercadorias** pelos **comitentes**, na forma e nos prazos estabelecidos no manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

Art. 73 O **participante de negociação** é corresponsável pela **entrega da mercadoria** devida pelo **comitente**.

Parágrafo único. A corresponsabilidade descrita no *caput* impõe que:

I - o **participante de negociação** seja responsável, perante o **participante de negociação pleno**, pelos **custos, encargos** e demais obrigações decorrentes de eventual falha de **entrega de mercadoria** pelo **comitente**, nos termos dos manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco da **câmara**; e

II - o **participante de negociação** seja responsável pelo estabelecimento de processos de administração de risco e outros controles que visem assegurar a **entrega de mercadorias** pelos **comitentes**, na forma e nos prazos estabelecidos no manual de procedimentos operacionais da **câmara** e do manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 74 A obrigação de **entrega de mercadoria** pela **câmara** é considerada extinta quando:

I - houver a confirmação do recebimento, pelo **comitente** comprador e pelo estabelecimento responsável pela guarda da **mercadoria**, do documento que atesta a transferência da titularidade da **mercadoria** do vendedor para o comprador; ou

II - a **câmara** tiver executado o processo de tratamento de falha de **entrega de mercadoria** descrito no manual de procedimentos operacionais da **câmara**, o qual pode incluir os seguintes procedimentos:

- a) bloqueio do envio dos recursos financeiros que originalmente constituíam direitos do **participante** não cumpridor da obrigação de **entrega**;
- b) concessão de prazo adicional para **entrega da mercadoria**;
- c) emissão de ordem de recompra da **mercadoria** em favor do **participante** detentor do direito de recebimento da **mercadoria**;

- d) cancelamento da ordem de recompra mediante a **entrega** da **mercadoria** pelo **participante** vendedor e anuência do **participante** detentor do direito de recebimento da **mercadoria** e da **câmara**;
- e) **liquidação** financeira da **operação** em caso de não execução da **operação** de recompra pelo **participante** detentor do direito de recebimento do **ativo**;
- f) exigência de **depósito de garantias** adicionais; e
- g) aplicação de **multas** e de penalidades previstas no manual de procedimentos operacionais da **câmara** e em outros normativos editados pela BM&FBOVESPA.

CAPÍTULO IV: ADMINISTRAÇÃO DE RISCO

Seção I: Disposições Gerais

Art. 75 Em virtude de sua atuação como **contraparte central** e consequente exposição ao risco de crédito dos **membros de compensação**, a **câmara** desenvolve e mantém processos e sistemas de administração de risco de contraparte, os quais se destinam a assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela **câmara**, nos termos do seu regulamento e de seus manuais de procedimentos operacionais e de administração de risco.

Art. 76 A administração dos processos de gerenciamento de risco de contraparte mantidos pela **câmara** é realizada pelos seguintes órgãos:

I - O Comitê Técnico de Risco de Mercado da BM&FBOVESPA, composto por executivos da BM&FBOVESPA indicados por seu Diretor Presidente, responsável pela aprovação técnica e avaliação periódica dos modelos e parâmetros utilizados para o cálculo de **margens** e cálculo das contribuições dos **membros de compensação** para o **fundo de liquidação**; e

II - O Comitê Técnico de Risco de Crédito da BM&FBOVESPA, composto por executivos da BM&FBOVESPA indicados por seu Diretor Presidente, responsável pela aprovação e avaliação periódica dos **limites operacionais** atribuídos aos **participantes da câmara**, tais como **limites de risco intradiário**, limites de concentração de **posições** em aberto, limites de utilização de **garantias** com risco de **emissor** privado, dentre outros limites estabelecidos no manual de administração de risco da **câmara**.

Parágrafo único. Integram, ainda, a administração dos processos de gerenciamento de risco de contraparte mantidos pela **câmara** o Comitê de Risco do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA, composto por membros do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA, responsável pela avaliação e estabelecimento das diretrizes estratégicas da administração de risco, e a Câmara Consultiva de Análise de Risco da BM&FBOVESPA, composta por representantes de instituições de mercado convidadas pelo Conselho de Administração da BM&FBOVESPA, que avalia periodicamente e apresenta sugestões acerca dos modelos e parâmetros de risco utilizados pela BM&FBOVESPA.

Art. 77 Para a mitigação dos riscos financeiros de contraparte aos quais está exposta, a **câmara** responsabiliza-se por manter mecanismos de proteção e contenção de riscos, dentre os quais se destacam:

I - a utilização, no processo de **liquidação**, de mecanismo de **entrega** contra **pagamento**, destinado à eliminação do risco de principal;

II - o cálculo e o **depósito de garantias** pelos **membros de compensação**, **participantes de negociação plenos**, **participantes de liquidação**, **participantes de negociação** e **comitentes**;

III - a manutenção do **fundo de liquidação**, constituído por **garantias** aportadas pelos **membros de compensação** e por recursos aportados pela BM&FBOVESPA;

IV - os **limites operacionais** atribuídos aos **participantes**, tais como **limite de risco intradiário**, limite de concentração de **posições** em aberto, limite de **depósito de garantias** com risco de **emissor** privado, dentre outros limites estabelecidos no manual de administração de risco da **câmara**;

V - as linhas de liquidez em moeda nacional e em **moeda estrangeira**, contratadas junto a instituições financeiras; e

VI - outros mecanismos de controle e mitigação de risco financeiro de contraparte.

Art. 78 O funcionamento dos mecanismos de controle e mitigação de riscos, assim como as regras, parâmetros e demais procedimentos de administração de risco adotados pela **câmara** são detalhados no manual de administração de risco da **câmara**, e o desempenho de tais sistemas é periodicamente avaliado pela **câmara** por meio de relatórios de *back-test*.

Seção II: Avaliação e Cobertura do Risco de Crédito

Art. 79 O risco de crédito decorrente das **posições** em aberto dos **participantes** deve ser coberto pelo **depósito de garantias** realizado a favor da **câmara** e, complementarmente, pelos demais componentes de sua estrutura de **salvaguardas**.

§1º O risco de crédito das **posições** registradas até o final de determinada sessão de negociação deve ser coberto por **garantias** depositadas pelos **participantes** até a manhã do dia útil seguinte, de acordo com horários e procedimentos estabelecidos no manual de administração de risco da **câmara**.

§2º Durante o dia, ao longo da sessão de negociação, o risco de crédito decorrente das novas **operações** aceitas é controlado por meio do **sistema de risco intradiário**, de acordo com o disposto neste regulamento e no manual de administração de risco da **câmara**.

§3º As **garantias** são constituídas perante a BM&FBOVESPA, de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, no intuito de mitigar os riscos de crédito e sistêmico, nos termos do que dispõe a legislação e regulamentação do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Art. 80 A **câmara** pode exigir dos **participantes** o **depósito de garantias** não operacionais, ou seja, com valores não diretamente relacionados ao risco das **posições** mantidas em aberto pelos **participantes**, o qual constitui condição para a preservação do acesso dos **participantes** à **câmara**.

Art. 81 A **câmara** pode diferenciar o valor exigido como **garantia** dos **participantes**, inclusive de **participantes** do mesmo tipo, em virtude da percepção da **câmara** acerca do risco de crédito representado por cada **participante**, cabendo tal decisão ao Comitê Técnico de Risco de Crédito da BM&FBOVESPA.

Art. 82 O manual de administração de risco da **câmara** estabelece os **ativos** aceitos em **garantia** pela **câmara**, assim como os critérios de apreçamento, deságios, limites de utilização em função de liquidez e risco de crédito do **emissor**, horários e critérios para depósito e retirada, bem como procedimentos de constituição.

Art. 83 O risco de crédito decorrente das **posições** em aberto de um **participante** é calculado pela **câmara** como o maior custo potencial de encerramento das **posições** desse **participante** no mercado, considerando-se os cenários de estresse definidos pelo Comitê Técnico de Risco de Mercado da BM&FBOVESPA e a metodologia de cálculo de risco descrita no manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 84 O risco de crédito calculado tem como base a **posição** segregada do **comitente** sob o **participante de negociação pleno**, **participante de negociação** ou **participante de liquidação**,

e é coberto por **garantias** depositadas pelo **comitente** a favor da **câmara**, por intermédio do **participante de negociação pleno**, **participante de negociação** ou **participante de liquidação**.

Seção III: Administração do Risco Intradiário

Art. 85 A **câmara** monitora a evolução do risco de crédito dos **participantes** desde a abertura até o encerramento dos **ambientes de negociação** e dos **ambientes de registro** administrados pela BM&FBOVESPA, atualizando os cálculos de risco dos **participantes** diversas vezes ao longo do dia, por meio do **sistema de risco intradiário**.

Art. 86 O Comitê Técnico de Risco de Crédito da BM&FBOVESPA estabelece, para cada **participante de negociação pleno** e **participante de liquidação**, um **limite de risco intradiário**, o qual pode ser acatado ou reduzido pelo **membro de compensação** responsável.

§1º Os **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação** podem depositar **garantias** na **câmara** para ampliação dos respectivos **limites de risco intradiário**;

§2º O **membro de compensação** responsável pelo **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** pode depositar **garantias** na **câmara** para ampliação do **limite de risco intradiário** destes últimos.

Art. 87 Em virtude dos prazos estabelecidos para **repass**e e para **alocação** de **operações** para **comitentes**, o **sistema de risco intradiário** adota procedimentos especiais para cálculo do risco de crédito dos **participantes**, nos termos do disposto no manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 88 O **sistema de risco intradiário** apura, diversas vezes ao longo do dia, o saldo operacional dos **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação**, definido como a diferença entre:

I - a soma do **limite de risco intradiário** e do valor das **garantias** depositadas pelo **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** e pelo **membro de compensação** para ampliação do **limite de risco intradiário**; e

II - o risco de crédito do **participante de negociação pleno** e **participante de liquidação**, calculado segundo metodologia descrita no manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 89 Os **participantes de negociação plenos** e os **participantes de liquidação** devem adotar processos e controles internos com o objetivo de assegurar que seus saldos operacionais apresentem, continuamente, valor positivo.

Art. 90 Na hipótese de um **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** apresentar saldo operacional com valor negativo, a **câmara** determina as providências necessárias para enquadramento do saldo e os prazos para a adoção de tais providências, dentre as quais podem constar, isoladamente ou em conjunto, conforme o disposto no manual de administração de risco da **câmara**:

I - a **alocação** de **operações** para **comitentes**;

II - a **alocação** de **operações** para **contas másteres**;

III - a **alocação** de **operações** originalmente alocadas para **contas másteres** para **comitentes**,

inclusive fundos de investimento, vinculados a tais **contas**;

IV - o depósito de garantias por comitentes;

V - o depósito de garantias pelo participante de negociação pleno ou participante de liquidação;

VI - o depósito de garantias pelo membro de compensação responsável;

VII - o débito do valor correspondente ao saldo operacional do saldo líquido multilateral do membro de compensação responsável;

VIII - o encerramento de posições em mercado; e

IX - a proibição de contratação de novas operações que aumentem a exposição a risco do participante de negociação pleno ou participante de liquidação.

Art. 91 O membro de compensação responsável também pode, a seu exclusivo critério, determinar ao participante de negociação pleno ou participante de liquidação a adoção de providências para o enquadramento do saldo operacional.

Art. 92 Sem prejuízo das medidas tomadas nos termos do artigo 90, a câmara pode:

I - aplicar multa ao participante de negociação pleno ou participante de liquidação que apresentar saldo operacional com valor negativo, a qual será debitada do saldo líquido multilateral do membro de compensação;

II – recomendar, ao Diretor Presidente da BM&FBOVESPA, proibir, cautelarmente, a contratação de novas operações pelo participante de negociação pleno ou participante de liquidação.

Art. 93 Complementarmente ao sistema de risco intradiário, a câmara utiliza o sistema de risco pré-negociação, o qual permite aos participantes de negociação plenos e aos participantes de liquidação, individualmente, por comitente e por conta máster:

I - estabelecer limites de risco para as quantidades compradas e vendidas de contratos, conforme o manual de administração de risco da câmara; e

II - aplicar os limites de risco às ofertas transmitidas por comitentes e usuários de contas másteres, impedindo que tais ofertas sejam transmitidas ao ambiente de negociação quando violarem um ou mais dos limites de risco estabelecidos.

Art. 94 Os comitentes que realizam operações de alta frequência, conforme critério de classificação estabelecido e periodicamente atualizado pela BM&FBOVESPA, são obrigados a submeter suas ofertas integrantes de estratégias de alta frequência ao sistema de risco pré-negociação mantido pela BM&FBOVESPA.

Art. 95 A câmara e o Comitê Técnico de Risco de Crédito da BM&FBOVESPA monitoram os limites de risco pré-negociação estabelecidos pelos participantes de negociação plenos e participantes de liquidação aos comitentes que realizam operações em alta frequência, podendo determinar, a seu exclusivo critério:

I - a redução dos limites de risco pré-negociação estabelecidos para um ou mais comitentes;

II - o **depósito de garantias** adicionais para mitigação do risco de crédito; e

III - outras medidas prudenciais de administração de risco, a seu exclusivo critério.

Art. 96 A câmara pode exigir dos **participantes**, a seu exclusivo critério, a utilização do **sistema de risco pré-negociação** mantido pela BM&FBOVESPA como condição necessária para acesso ao **ambiente de negociação** e para **aceitação de operações** pela **câmara**.

Art. 97 Sem prejuízo da utilização do **sistema de risco intradiário** e do **sistema de risco pré-negociação** oferecidos pela BM&FBOVESPA, os **participantes de negociação plenos**, os **participantes de liquidação** e os **membros de compensação**, cada qual em sua esfera de atuação, devem desenvolver e implantar processos internos de acompanhamento, supervisão, controle e mitigação dos riscos de crédito a que estão expostos, como forma de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas perante a **câmara** e os **participantes**.

Parágrafo único. É dever dos **membros de compensação**, **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação** conhecer o funcionamento do monitoramento de risco intradiário e os correspondentes critérios de cálculo, bem como acompanhar continuamente a evolução das informações geradas e fornecidas pela **câmara** ao longo do dia.

Seção IV: Fundo de Liquidação

Art. 98 Como mecanismo complementar para a mitigação do risco de crédito ao qual está exposta, a **câmara** mantém o **fundo de liquidação** destinado à cobertura de perdas associadas à **inadimplência** de um ou mais **membros de compensação** perante a **câmara**.

Art. 99 Os recursos do **fundo de liquidação** são utilizados pela **câmara** somente após a utilização das **garantias** depositadas pelos **participantes** declarados **inadimplentes** e caso o valor de tais **garantias** não seja suficiente para a cobertura dos valores devidos pelo **membro de compensação à câmara**, observado o disposto na seção VI do presente capítulo.

Art. 100 O **fundo de liquidação** é constituído dos seguintes recursos:

I - contribuição da BM&FBOVESPA, a qual corresponde, no mínimo, à soma dos valores das contribuições fixas requeridas dos **membros de compensação**; e

II - contribuições depositadas em **garantia** pelos **membros de compensação**, destinadas à cobertura de perdas associadas à **inadimplência** do **membro de compensação** depositante ou à mutualização de perdas associadas à **inadimplência** de outros **membros de compensação**.

Parágrafo único. Os **ativos** elegíveis e a metodologia de cálculo utilizada para dimensionar os recursos exigidos pela BM&FBOVESPA para o **fundo de liquidação** seguem o disposto no manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 101 A utilização dos recursos do **fundo de liquidação** pela **câmara** segue a seguinte ordem, até que não persistam mais perdas ou que se esgotem os recursos do **fundo de liquidação**:

I - contribuição do **membro de compensação inadimplente**;

II - contribuição da BM&FBOVESPA para o **fundo de liquidação**; e

III - contribuições depositadas pelos **membros de compensação** adimplentes, de forma proporcional à contribuição de cada um deles.

Art. 102 Em caso de utilização de parte ou da totalidade da contribuição da BM&FBOVESPA para o **fundo de liquidação**:

I - o Conselho de Administração da BM&FBOVESPA poderá determinar a recomposição, total ou parcial, do valor da contribuição da BM&FBOVESPA para o **fundo de liquidação**.

Art. 103 Em caso de utilização de parte ou da totalidade das contribuições dos **membros de compensação** adimplentes para o **fundo de liquidação**:

I - a **câmara** determinará o prazo para recomposição do valor das contribuições dos **membros de compensação** para o **fundo de liquidação**; e

II - as novas contribuições realizadas pelos **membros de compensação** poderão ser utilizadas, exclusivamente, para a cobertura de **inadimplências** ocorridas após a data na qual os novos depósitos forem devidos.

Parágrafo único. O valor total de novas contribuições realizadas pelo **membro de compensação** para reconstituição do **fundo de liquidação** em qualquer período de 20 (vinte) dias úteis consecutivos é limitado a 3 (três) vezes o valor da contribuição individual a ele atribuída no início do referido período.

Art. 104 Na hipótese de utilização de recursos do **fundo de liquidação**, e sem prejuízo da obrigação de reconstituição do **fundo de liquidação** pelos **membros de compensação** adimplentes, a BM&FBOVESPA poderá promover a cobrança em regresso do valor necessário à reconstituição do **fundo de liquidação** em face do **membro de compensação inadimplente**, bem como do **participante de negociação pleno**, **participante de liquidação**, **participante de negociação** ou **comitente** vinculados ao **membro de compensação inadimplente**, cujo montante reavido será proporcionalmente entregue ao(s) **membro(s) de compensação** adimplentes que reconstituíram o **fundo de liquidação**.

Art. 105 A **câmara**, a seu exclusivo critério, pode rever os valores de sua contribuição e da contribuição individual de cada **membro de compensação** ao **fundo de liquidação**. Havendo alteração do valor de qualquer contribuição, os **membros de compensação** serão comunicados dos novos valores requeridos.

§1º Em caso de aumento dos valores das contribuições requeridas dos **membros de compensação**, cada **membro de compensação** deverá realizar o aporte de recursos necessários para adequação da sua contribuição ao novo valor requerido no prazo de 20 (vinte) dias úteis consecutivos contado da data da comunicação do novo valor requerido.

§2º A obrigação de adequação da contribuição ao novo valor requerido não se aplicará ao **membro de compensação** que cancelar sua **autorização de acesso** até o término do prazo mencionado no parágrafo anterior.

§3º Os aportes realizados em decorrência de revisão do **fundo de liquidação** não poderão ser utilizados para cobrir perdas decorrentes de **inadimplências** ocorridas em data anterior à data da comunicação dos novos valores requeridos em decorrência dessa revisão.

Seção V: Utilização de Garantias

Art. 106 As **garantias** depositadas pelo **membro de compensação** são constituídas, e podem ser utilizadas pela **câmara**, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo **membro de compensação** perante a **câmara**, no prazo e na forma estabelecidos.

Art. 107 As **garantias** depositadas pelo **participante de negociação pleno** são constituídas, e podem ser utilizadas:

I - pelo **membro de compensação**, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo **participante de negociação pleno** perante o **membro de compensação** no prazo e na forma estabelecidos; e/ou

II - pela **câmara**, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo respectivo **membro de compensação** perante a **câmara**, referentes às **operações** do **participante de negociação pleno**, caso:

- a) os recursos transferidos pelo **participante de negociação pleno** para o **membro de compensação** não sejam transferidos pelo **membro de compensação** para a **câmara** no prazo e na forma estabelecidos pela **câmara**; ou
- b) os recursos devidos pelo **participante de negociação pleno** ao **membro de compensação** não sejam a este transferidos e, em decorrência, os recursos devidos pelo **membro de compensação** à **câmara** não sejam a ela transferidos no prazo e na forma por ela estabelecidos.

Art. 108 As **garantias** depositadas pelo **participante de liquidação** são constituídas, e podem ser utilizadas:

I - pelo **membro de compensação**, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo **participante de liquidação** perante o **membro de compensação**, no prazo e na forma estabelecidos; e/ou

II - pela **câmara**, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo respectivo **membro de compensação** perante a **câmara**, referentes às **operações** do **participante de liquidação**, caso:

- a) os recursos transferidos pelo **participante de liquidação** para o **membro de compensação** não sejam transferidos pelo **membro de compensação** para a **câmara** no prazo e na forma estabelecidos pela **câmara**; ou
- b) os recursos devidos pelo **participante de liquidação** ao **membro de compensação** não sejam a este transferidos e, em decorrência, os recursos devidos pelo **membro de compensação** à **câmara** não sejam a ela transferidos no prazo e na forma por ela estabelecidos.

Art. 109 As **garantias** depositadas pelo **participante de negociação** são constituídas, e podem ser utilizadas:

I - pelo **participante de negociação pleno**, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo **participante de negociação** perante o **participante de negociação pleno**, no prazo e na forma estabelecidos; e/ou

II - pelo membro de compensação, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo respectivo **participante de negociação pleno** perante o **membro de compensação**, referentes às **operações** do **participante de negociação**, caso:

- a) os recursos transferidos pelo **participante de negociação** para o **participante de negociação pleno** não sejam transferidos pela cadeia de **participantes** responsáveis para o **membro de compensação**, no prazo e na forma estabelecidos; ou
- b) os recursos devidos pelo **participante de negociação** para o **participante de negociação pleno** não sejam a este transferidos e, em decorrência, os recursos devidos pelo **participante de negociação pleno** para o **membro de compensação** não sejam a este transferidos no prazo e na forma estabelecidos; e/ou

III - pela câmara, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo respectivo **membro de compensação** perante a **câmara**, referentes às **operações** do **participante de negociação**, caso:

- a) os recursos transferidos pelo **participante de negociação** não sejam transferidos pela cadeia de **participantes** responsáveis para a **câmara**, no prazo e na forma estabelecidos pela **câmara**; ou
- b) os recursos devidos pelo **participante de negociação** para o **participante de negociação pleno** não sejam a este transferidos e, em decorrência, os recursos devidos pelo **membro de compensação** à **câmara** não sejam a ela transferidos, no prazo e na forma por ela estabelecidos;

Art. 110 As **garantias** depositadas pelo **comitente** são constituídas, e podem ser utilizadas:

I - pelo participante de negociação, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo **comitente** perante o **participante de negociação**, no prazo e na forma estabelecidos; e/ou

II - pelo participante de negociação pleno, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo **comitente** perante o **participante de negociação pleno**, no prazo e na forma estabelecidos; e/ou

III - pelo participante de negociação pleno, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo respectivo **participante de negociação** perante o **participante de negociação pleno**, referentes às **operações** do **comitente**, caso:

- a) os recursos transferidos pelo **comitente** para o **participante de negociação** não sejam, transferidos pelo **participante de negociação** para o **participante de negociação pleno** no prazo e na forma estabelecidos ou
- b) os recursos devidos pelo **comitente** para o **participante de negociação** não sejam a este transferidos e, em decorrência, os recursos devidos pelo **participante de negociação** para o **participante de negociação pleno** não sejam a este transferidos no prazo e na forma estabelecidos; e/ou

IV - pelo participante de liquidação, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo **comitente** perante o **participante de liquidação**, no prazo e na forma estabelecidos; e/ou

V - pelo **membro de compensação**, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo respectivo **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** perante o **membro de compensação**, referentes às **operações** do **comitente**, caso:

- a) os recursos transferidos pelo **comitente** não sejam transferidos pela cadeia de **participantes** responsáveis para o **membro de compensação**, no prazo e na forma estabelecidos ou
- b) os recursos devidos pelo **comitente** para o **participante de negociação**, **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** não sejam a este transferidos e, em decorrência, os recursos devidos ao **membro de compensação** não lhe sejam transferidos, no prazo e na forma estabelecidos; e/ou

VI - pela **câmara**, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo respectivo **membro de compensação** perante a **câmara**, referentes às **operações** do **comitente**, caso:

- a) os recursos transferidos pelo **comitente** não sejam transferidos pela cadeia de **participantes** responsáveis para a **câmara** no prazo e na forma estabelecidos; ou
- b) os recursos devidos pelo **comitente** ao **participante de negociação**, **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** não sejam a este transferidos e, em decorrência, os recursos devidos pelo **membro de compensação** à **câmara** não sejam a ela transferidos no prazo e na forma por ela estabelecidos.

Parágrafo único. As **garantias** depositadas pelo **comitente** por intermédio de outros **participantes** e que estiverem livres poderão ser utilizadas pela **câmara** para o ressarcimento de perdas incorridas por quaisquer **participantes** da **câmara** ou pela própria **câmara** em virtude da **inadimplência** do **comitente**.

Seção VI: Sequência de Utilização de Garantias

Art. 111 Na hipótese de a **inadimplência** de **comitente** causar **inadimplência** de **participante de negociação**, **participante de negociação pleno**, **participante de liquidação** e/ou **membro de compensação**, e mediante a devida identificação de todos estes **participantes** para a **câmara**, as **garantias** depositadas pelos **participantes** e os recursos que compõem o **fundo de liquidação** serão utilizados na seguinte ordem, até que não sobrem mais perdas:

I - as **garantias** do **comitente** vinculadas ao **participante de negociação**, **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** e **membro de compensação**;

II - as **garantias** do **comitente** depositadas por intermédio de outros **participantes** e que estiverem livres;

III - as **garantias** do **participante de negociação** vinculadas ao **participante de negociação pleno** e ao **membro de compensação**;

IV - as **garantias** do **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, vinculadas ao **membro de compensação**;

V - as **garantias** do **membro de compensação**;

VI - a contribuição do **membro de compensação** para o **fundo de liquidação**;

VII - a contribuição da BM&FBOVESPA para o **fundo de liquidação**; e

VIII - as contribuições dos demais **membros de compensação** para o **fundo de liquidação**, de forma proporcional ao valor da contribuição de cada **membro de compensação**.

§1º Caso um **participante** declarado **inadimplente** não identifique, para a **câmara**, o **participante** sob sua responsabilidade causador desta **inadimplência**, aplicar-se-á a sequência de utilização de **garantias** e recursos que compõem o **fundo de liquidação** estabelecida no manual de administração de risco da **câmara**.

§2º Com o objetivo de mitigar o seu **risco de liquidez** e dos **participantes** e de garantir o cumprimento dos prazos da **janela de liquidação**, a **câmara** pode alterar a sequência de utilização de **garantias** prevista, caso os **ativos** depositados em **garantia** pelos **participantes** apresentem características distintas em termos de liquidez ou data de **liquidação**, a exclusivo critério da **câmara**.

§3º Sem prejuízo do disposto no **§2º**, a alocação final de perdas entre os **participantes**, se houver, deve respeitar a sequência de utilização de **garantias** aplicável.

CAPÍTULO V: FALHAS NO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

Seção I: Disposições Gerais

Art. 112 Para os fins deste regulamento, são consideradas falhas no cumprimento de obrigações pelos **membros de compensação, participantes de negociação plenos, participantes de liquidação, participantes de negociação e comitentes**, conforme o caso:

I - o não **pagamento** ou o **pagamento** parcial dos recursos financeiros devidos, a qualquer título, no tempo, no lugar e na forma estabelecidos;

II - a não transferência ou a transferência de quantidade insuficiente de ouro e **mercadorias** que o **participante** deva entregar, a qualquer título, no tempo, no lugar e na forma estabelecidos;

III - o não cumprimento ou o cumprimento parcial de obrigação de prestação de **garantias**, no tempo, no lugar e na forma estabelecidos; e

IV - o não **pagamento** ou o **pagamento** parcial de **encargos** e **custos**, de acordo com regras, procedimentos e horários estabelecidos.

Art. 113 O **membro de compensação** é responsável perante a **câmara** pelo **pagamento** do seu **saldo líquido multilateral**, bem como por quaisquer danos, prejuízos, **custos, encargos** e despesas decorrentes de falhas no cumprimento de obrigações assumidas por ele ou por **participantes de negociação plenos, participantes de liquidação, participantes de negociação e comitentes** a ele vinculados, de acordo com o disposto neste regulamento, no manual de procedimentos operacionais da **câmara** e no manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 114 Os **participantes de negociação plenos** e os **participantes de liquidação** são responsáveis, perante o **membro de compensação**, pelo **pagamento** dos seus **saldos líquidos multilaterais**, bem como por quaisquer danos, prejuízos, **custos, encargos** e despesas decorrentes de falhas no cumprimento de obrigações assumidas por eles, pelo **participante de negociação** ou por **comitentes** a eles vinculados, de acordo com o disposto neste regulamento, no manual de procedimentos operacionais da **câmara** e no manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 115 Os **participantes de negociação** são responsáveis perante o **participante de negociação pleno** pelo **pagamento** dos seus **saldos líquidos multilaterais**, bem como por quaisquer danos, prejuízos, **custos, encargos** e despesas decorrentes de falhas no cumprimento de obrigações assumidas por eles ou por **comitentes** a eles vinculados, de acordo com o disposto neste regulamento, no manual de procedimentos operacionais da **câmara** e no manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 116 Os **comitentes** são responsáveis, perante o **participante de negociação pleno**, o **participante de liquidação** e o **participante de negociação**, conforme o caso, pelo **pagamento** dos seus **saldos líquidos multilaterais**, bem como por quaisquer danos, prejuízos, **custos, encargos** e despesas decorrentes de falhas no cumprimento de obrigações por eles assumidas, de acordo com o disposto neste regulamento, no manual de procedimentos operacionais da **câmara** e no manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 117 Na hipótese de descumprimento de obrigações pelo **membro de compensação** perante a **câmara**, e não havendo a identificação dos **participantes** que tenham dado causa à falha, a

câmara poderá proceder à utilização das **garantias** dos **participantes** vinculados em cadeia a esse **membro de compensação**, até o limite do valor eventualmente devido por cada **participante**, de acordo com os procedimentos e regras contidos no presente regulamento e no manual de administração de risco da **câmara**.

Seção II: Caracterização de Participante como Devedor Operacional e como Inadimplente

Art. 118 O **membro de compensação**, o **participante de negociação pleno**, o **participante de liquidação**, o **participante de negociação** e o **comitente** podem ser declarados **devedores operacionais** sempre que, por motivo de ordem operacional, deixarem de cumprir as suas obrigações, de forma integral ou parcial, no tempo, lugar e forma estabelecidos.

§1º Compete à BM&FBOVESPA a declaração do **membro de compensação** como **devedor operacional**, cabendo a ela, a seu exclusivo critério, a caracterização do motivo do descumprimento de obrigações como sendo de ordem operacional.

§2º Compete ao **membro de compensação** a declaração do **participante de negociação pleno** e do **participante de liquidação** como **devedores operacionais**, cabendo a ele, a seu exclusivo critério, a caracterização do motivo do descumprimento de obrigações como sendo de ordem operacional.

§3º Compete ao **participante de negociação pleno** a declaração do **participante de negociação** como **devedor operacional**, cabendo a ele, a seu exclusivo critério, a caracterização do motivo do descumprimento de obrigações como sendo de ordem operacional.

§4º Compete ao **participante de negociação pleno**, **participante de liquidação** e ao **participante de negociação**, conforme o caso, a declaração do **comitente** como **devedor operacional**, cabendo a eles, a seus exclusivos critérios, a caracterização do motivo do descumprimento de obrigações como sendo de ordem operacional.

Art. 119 A **câmara** pode estabelecer novas condições para o **membro de compensação** declarado **devedor operacional** cumprir suas obrigações, sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas neste regulamento e no manual de procedimentos operacionais da **câmara** e em outros normativos editados pela BM&FBOVESPA e da utilização dos recursos da estrutura de **salvaguarda** e dos mecanismos de administração de risco disponíveis.

Art. 120 O **participante** declarado **devedor operacional** tem sua condição regularizada com o comprovado atendimento de suas obrigações.

Parágrafo único. As obrigações do **participante** declarado **devedor operacional** incluem o **pagamento** de **custos** e **encargos** e a recomposição da totalidade das **garantias** e dos recursos do **fundo de liquidação**, caso a estrutura de **salvaguarda** tenha sido utilizada.

Art. 121 O **membro de compensação**, o **participante de negociação pleno**, o **participante de liquidação**, o **participante de negociação** e o **comitente** são declarados **inadimplentes** quando deixarem de cumprir suas obrigações, de forma integral ou parcial, no tempo, lugar e forma estabelecidos, e não forem ou deixarem de ser declarados **devedores operacionais**.

§1º Compete à BM&FBOVESPA a declaração do **membro de compensação** como **inadimplente**.

§2º Compete ao **membro de compensação** a declaração do **participante de negociação pleno** e

do **participante de liquidação** como **inadimplentes**.

§3º Compete ao **participante de negociação pleno** a declaração do **participante de negociação** como **inadimplente**.

§4º Compete ao **participante de negociação pleno**, **participante de liquidação** ou ao **participante de negociação**, conforme o caso, a declaração do **comitente** como **inadimplente**.

Seção III: Falha na Liquidação do Saldo Líquido Multilateral em Moeda Nacional

Art. 122 Ocorrendo falha do **membro de compensação** na **liquidação** do **saldo líquido multilateral** em moeda nacional perante a **câmara**, o **membro de compensação** deve informar a **câmara**, imediatamente, se a falha de **liquidação** teve como origem falha de **liquidação** de **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** vinculado ao **membro de compensação** e, se for o caso, identificar os **participantes** e os valores envolvidos.

§1º No caso de falha de **participante de negociação pleno** ou de **participante de liquidação** na **liquidação** do **saldo líquido multilateral** em moeda nacional perante o **membro de compensação**, o **participante de negociação pleno** ou o **participante de liquidação**, conforme o caso, deve informar à **câmara**, imediatamente, se a falha de **liquidação** teve como origem falha de **liquidação** de **participante de negociação** ou de **comitente**, conforme o caso, e, se necessário, identificar os **participantes** e os valores envolvidos.

§2º No caso de falha de **participante de negociação** na **liquidação** do **saldo líquido multilateral** em moeda nacional perante o **participante de negociação pleno**, o **participante de negociação** deve informar à **câmara**, imediatamente, se a falha de **liquidação** teve como origem falha de **liquidação** de **comitente** e, se necessário, identificar os **comitentes** e os valores envolvidos.

§3º O fato de a falha de um **participante** ter como origem a falha de outro **participante** não exime o primeiro de sua responsabilidade perante a **câmara** e os demais **participantes**, assim como da obrigação de **pagamento** de todos os **custos**, **encargos** e despesas decorrentes de sua falha.

Art. 123 Ocorrendo falha do **membro de compensação** na **liquidação** do **saldo líquido multilateral** em moeda nacional perante a **câmara**, hipótese na qual o **membro de compensação** pode ser declarado **devedor operacional** ou **inadimplente**, e com base nas informações previstas no artigo acima, a **câmara** pode adotar as seguintes providências, a seu exclusivo critério, isoladamente ou em conjunto:

I - suspensão das obrigações de **entrega** em favor do **membro de compensação** e dos **participantes de negociação plenos**, **participantes de liquidação**, **participantes de negociação** e **comitentes** vinculados ao **membro de compensação**, até a finalização do processo de tratamento de falha;

II - bloqueio da movimentação das **garantias** depositadas em nome do **membro de compensação** e dos **participantes de negociação plenos**, **participantes de liquidação**, **participantes de negociação** e **comitentes** vinculados ao **membro de compensação**, até a finalização do processo de tratamento de falha;

III - utilização das **garantias** e dos **ativos** que constituíam direitos dos **participantes** que falharam em suas respectivas obrigações de **pagamento**, para cumprimento das obrigações da **câmara** perante os demais **membros de compensação** ou em **operações** que permitam o cumprimento

dessas obrigações;

IV - utilização dos demais recursos disponíveis na estrutura de **salvaguardas**, para cumprimento das obrigações da **câmara** perante os demais **membros de compensação** ou em **operações** que permitam o cumprimento dessas obrigações;

V - proibição de contratação de novas **operações** que causam aumento do risco de crédito pelo **participante** que falhou em sua obrigação de **pagamento**, ou registradas sob a responsabilidade do **participante** que falhou em sua obrigação de **pagamento**;

VI - exigência de **depósito de garantias** adicionais;

VII - aplicação de **multa**, observado o disposto neste regulamento, no manual de procedimentos operacionais da **câmara** e em outros normativos editados pela BM&FBOVESPA; e/ou

VIII - outras medidas prudenciais e de administração de risco.

Parágrafo único. A **câmara** comunica a falha de **liquidação** do **membro de compensação** aos órgãos reguladores, nos termos da legislação e regulamentação em vigor, descrevendo a ocorrência e as providências tomadas.

Art. 124 Caso o **membro de compensação**, **participante de negociação pleno**, **participante de liquidação**, **participante de negociação** e/ou **comitente** seja declarado **inadimplente**, além das providências previstas no artigo acima, a **câmara** pode adotar as seguintes providências, a seu exclusivo critério, isoladamente ou em conjunto:

I - proibição de contratação de novas **operações** pelo **participante inadimplente** ou registradas sob a responsabilidade do **participante inadimplente**;

II - encerramento, em mercado, das **posições** em aberto registradas em nome do **participante inadimplente**;

III - transferência das **posições** em aberto e das **garantias** depositadas por **comitentes** adimplentes, vinculados ao **membro de compensação**, **participante de negociação pleno**, **participante de liquidação** ou **participante de negociação inadimplentes**, para outros **participantes** adimplentes, mediante autorização destes últimos;

IV - encerramento, em mercado, das **posições** em aberto dos **comitentes** adimplentes vinculados aos **participantes inadimplentes** caso, a exclusivo critério da BM&FBOVESPA, não seja possível ou viável a transferência de **posições** dos **comitentes** para outros **participantes**, dentro dos prazos estabelecidos pela **câmara**; e/ou

V - outras medidas prudenciais e de administração de risco.

Art. 125 Caso:

(i) o **membro de compensação** falhe na **liquidação** financeira perante a **câmara**;

(ii) o **saldo líquido multilateral** do **membro de compensação** apresente valor devedor maior que eventual valor devedor vinculado às **posições** próprias do **membro de compensação** na qualidade de **comitente**; e

(iii) o **membro de compensação** não comunique à **câmara**, imediatamente, a falha de **liquidação**

de **participante de negociação pleno** ou de **participante de liquidação**, então:

I - a **câmara** pode atribuir o valor da falha de **liquidação** financeira do **membro de compensação** que exceder o saldo devido pelas **posições** próprias do **membro de compensação** a todos os **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação** com **saldo líquido multilateral** devedor vinculados ao **membro de compensação**, considerando-os, para todos os fins, **devedores operacionais**, independentemente de ter ou não ocorrido falha de **liquidação** de tais **participantes** perante o **membro de compensação**;

II - a **câmara** realiza a atribuição de que trata o inciso **I** de forma proporcional ao saldo financeiro devedor de cada **participante de negociação pleno** e **participante de liquidação**, de acordo com critério descrito no manual de administração de risco da **câmara**, ou mediante outro critério definido pela **câmara**, de competência da Diretoria Executiva da BM&FBOVESPA; e

III - as **garantias** e os **ativos** que, originalmente, constituíam direitos dos **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação** considerados **devedores operacionais** podem ser utilizados pela **câmara**, até o montante estabelecido no inciso **II**, para o cumprimento das obrigações assumidas pelo **membro de compensação** perante a **câmara**.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no *caput*, cabe ao **membro de compensação** ressarcir os **participantes de negociação plenos** e **participantes de liquidação** eventualmente prejudicados.

Art. 126 Caso:

(i) o **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** falhe na **liquidação** financeira perante o **membro de compensação** ou seja considerado **devedor operacional** em virtude do disposto no artigo acima;

(ii) o **saldo líquido multilateral** do **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** apresente valor devedor maior que eventual valor devedor vinculado às **posições** próprias do **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** na qualidade de **comitente**; e

(iii) o **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** não comunique à **câmara**, imediatamente, a falha de **liquidação** de **participante de negociação** e de **comitente**, conforme o caso, então:

I - a **câmara** pode atribuir o valor da falha de **liquidação** financeira do **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação** que exceder o saldo devido pelas suas **posições** próprias a todos os **participantes de negociação** ou **comitentes**, conforme o caso, vinculados ao **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, considerando-os, para todos os fins, **devedores operacionais**, independentemente de ter ou não ocorrido falha de **liquidação** de tais **participantes** perante o **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**;

II - a **câmara** realiza a atribuição de que trata o inciso **I** de forma proporcional ao saldo financeiro devedor de cada **participante de negociação** e cada **comitente**, conforme o caso, de acordo com critério descrito no manual de administração de risco da **câmara** ou mediante outro critério definido pela **câmara**, de competência da Diretoria Executiva da BM&FBOVESPA; e

III - as **garantias** e os **ativos** que, originalmente, constituíam direitos dos **participantes de negociação** e **comitentes** considerados **devedores operacionais** podem ser utilizados pela **câmara**, até o montante estabelecido no inciso **II**, para o cumprimento de obrigações assumidas

perante o **membro de compensação** e a **câmara**.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no *caput*, cabe ao **participante de negociação pleno** ou **participante de liquidação**, conforme o caso, ressarcir os **participantes de negociação** e os **comitentes** eventualmente prejudicados.

Art. 127 Caso:

(i) o **participante de negociação** falhe na **liquidação** financeira perante o **participante de negociação pleno** ou seja considerado **devedor operacional** em virtude do disposto no artigo acima;

(ii) o **saldo líquido multilateral** do **participante de negociação** apresente valor devedor maior que eventual valor devedor vinculado às **posições** próprias do **participante de negociação** na qualidade de **comitente**; e

(iii) o **participante de negociação** não comunique à **câmara** e ao **participante de negociação pleno**, imediatamente, a falha de **liquidação** de **comitente**, então:

I - a **câmara** pode atribuir o valor da falha de **liquidação** financeira do **participante de negociação** que exceder o saldo devido pelas suas **posições** próprias a todos os **comitentes** vinculados ao **participante de negociação**, considerando-os, para todos os fins, **devedores operacionais**, independentemente de ter ou não ocorrido falha de **liquidação** de tais **participantes** perante o **participante de negociação**;

II - a **câmara** realiza a atribuição de que trata o inciso I de forma proporcional ao saldo financeiro devedor de cada **comitente**, de acordo com critério descrito no manual de administração de risco da **câmara** ou mediante outro critério definido pela **câmara**, de competência da Diretoria Executiva da BM&FBOVESPA; e

III - as **garantias** e os **ativos** que, originalmente, constituíam direitos dos **comitentes** considerados **devedores operacionais** podem ser utilizados pela **câmara**, até o montante estabelecido no inciso II, para o cumprimento de obrigações assumidas perante o **participante de negociação pleno**, o **membro de compensação** e a **câmara**.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no *caput*, cabe ao **participante de negociação** ressarcir os **comitentes** eventualmente prejudicados.

Seção IV: Falha na Liquidação do Saldo Líquido Multilateral em Ouro Custodiado na Central Depositária da BM&FBOVESPA

Art. 128 Na hipótese de falha de **entrega** de ouro por **comitente** detentor de **saldo líquido multilateral** devedor de ouro custodiado na **central depositária** da BM&FBOVESPA, a **câmara** inicia o processo de tratamento de falha de **entrega**.

Art. 129 O processo de tratamento de falha de **entrega** de ouro é composto das seguintes etapas:

I - Suspensão do **pagamento** originalmente devido ao **comitente** devedor do ouro, aplicação de **multa** a este **comitente** e concessão de prazo adicional para a **entrega** do ouro, de acordo com o estabelecido no manual de procedimentos operacionais da **câmara**;

II - caso a **entrega** prevista no inciso I não ocorra, ocorre a aplicação de nova **multa** ao **comitente**

devedor de ouro e a emissão, a favor do **comitente** credor de ouro, de ordem de recompra de ouro em mercado;

III - a ordem de recompra de ouro mencionada no inciso **II** pode ser cancelada mediante **entrega de ouro** pelo **comitente** devedor e aceitação do cancelamento pelo **comitente** credor do ouro, observado o prazo máximo previsto no manual de administração de risco da **câmara**;

IV - caso o **comitente** a favor do qual foi emitida a ordem de recompra do ouro não a execute dentro do prazo estabelecido pela **câmara**, a ordem de recompra do ouro é cancelada e a **operação** é liquidada financeiramente a preço de mercado, de acordo com o disposto no manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 130 Eventual excesso do valor da **operação** de recompra do ouro em relação ao valor da **operação** originalmente contratada é creditado a favor do **comitente** detentor do direito de recebimento do ouro e contra o **comitente** originalmente detentor da obrigação de **entrega** do ouro, nos termos do disposto no manual de administração de risco da **câmara**.

§1º O manual de administração de risco da **câmara** descreve as regras de **liquidação** aplicadas nos casos de cadeia de negociação envolvendo diversos **participantes**.

§2º O valor mencionado no *caput* é liquidado por meio dos **saldos líquidos multilaterais dos comitentes, participantes de negociação plenos, participantes de liquidação, participantes de negociação e membros de compensação**.

Art. 131 As **garantias** depositadas pelos **participantes** que falharam na obrigação de **entrega** do ouro podem ser utilizadas para cobertura de prejuízos, **custos** e **encargos** relacionados à falha de **entrega**, nos termos do manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 132 A **câmara** aplica **multa**, observado o disposto neste regulamento, no manual de procedimentos operacionais da **câmara** e em outros normativos editados pela BM&FBOVESPA, aos **comitentes** responsáveis por falhas de **entrega** de ouro, as quais são debitadas do **saldo líquido multilateral do membro de compensação** responsável, nos termos do manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 133 Outras providências relacionadas ao processo de tratamento de falha de **entrega** de ouro são descritas no manual de administração de risco da **câmara**.

Seção V: Falha na Liquidação por Entrega de Mercadoria

Art. 134 Na hipótese de falha de **entrega** de **mercadoria** por **comitente**, a **câmara** inicia o processo de tratamento de falha de **entrega**.

Art. 135 O processo de tratamento de falha de **entrega** de **mercadoria** é composto das seguintes etapas:

I - suspensão do **pagamento** originalmente devido ao **comitente** devedor da **mercadoria** e, a critério da **câmara**, concessão de prazo adicional para a **entrega** da **mercadoria**, de acordo com os horários estabelecidos no manual de administração de risco da **câmara**;

II - caso a **entrega** prevista no inciso **I** não ocorra, ocorre a emissão, a favor do **comitente** detentor de direito de recebimento da **mercadoria**, de ordem de recompra da **mercadoria** em mercado, a

qual pode ser executada pelo **comitente** ou pela **câmara**, a exclusivo critério da Diretoria Executiva da BM&FBOVESPA; e

III - não ocorrendo a recompra prevista no inciso **II**, ocorre a **liquidação** financeira da **operação** a preço de mercado, nos termos do disposto no manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

Art. 136 Eventual excesso do valor da **operação** de recompra da **mercadoria** em relação ao valor de **liquidação** original da **operação** é creditado a favor do **comitente** detentor do direito de recebimento da **mercadoria**, e contra o **comitente** originalmente detentor da obrigação de **entrega** da **mercadoria**, nos termos do disposto no manual de administração de risco da **câmara**.

Parágrafo único. O valor mencionado no *caput* é liquidado por meio dos **saldos líquidos multilaterais** dos **comitentes**, **participantes de negociação plenos**, **participantes de liquidação**, **participantes de negociação** e **membros de compensação**.

Art. 137 As **garantias** depositadas pelo **comitente** que falhou na obrigação de **entrega** da **mercadoria** podem ser utilizadas para cobertura de prejuízos, **custos** e **encargos** relacionados à falha de **entrega**, nos termos do manual de administração de risco da **câmara**.

Art. 138 Outras providências relacionadas ao processo de tratamento de falha de **entrega** de **mercadoria** são descritas no manual de administração de risco da **câmara**.

CAPÍTULO VI: SITUAÇÕES ESPECIAIS

Seção I: Participante da Câmara Submetido aos Regimes de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Intervenção, Falência ou Liquidação Extrajudicial

Art. 139 Na hipótese de **membro de compensação, participante de negociação pleno, participante de liquidação, participante de negociação ou comitente** ser submetido aos regimes de recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção, falência ou liquidação extrajudicial, suas **operações** devem ser regularmente liquidadas na forma estabelecida neste regulamento, em conformidade com o disposto no artigo 7º da Lei 10.214, de 27 de março de 2001.

Parágrafo único. No caso de incorrer em falha no cumprimento de suas obrigações, o **membro de compensação, o participante de negociação pleno, o participante de liquidação, o participante de negociação** ou o **comitente** submetido aos regimes de que trata o *caput* deste artigo estão sujeitos ao tratamento de **inadimplência** estabelecido no presente regulamento.

Art. 140 Na hipótese de **membro de compensação, participante de negociação pleno, participante de liquidação, participante de negociação ou comitente** ser submetido aos regimes de recuperação judicial ou extrajudicial ou de intervenção, a **câmara** pode:

I - exigir do **participante** o **depósito de garantias** adicionais para a cobertura de seu risco de crédito, a seu exclusivo critério;

II - proibir a realização de novas **operações** pelo **participante**, ou de **comitentes** a ele vinculados, que produzam aumento o risco de crédito, a seu exclusivo critério; e

III - adotar outras medidas para a mitigação do risco de contraparte e para a preservação do bom funcionamento do sistema de **liquidação** que julgar necessárias.

Art. 141 Na hipótese de **membro de compensação, participante de negociação pleno, participante de liquidação, participante de negociação ou comitente** ser submetido aos regimes de falência ou de liquidação extrajudicial, a **câmara** pode:

I - exigir do **participante** o **depósito de garantias** adicionais para a cobertura de seu risco de crédito, a seu exclusivo critério;

II - proibir a realização de novas **operações** pelo **participante**, ou de **comitentes** a ele vinculados, que produzam aumento o risco de crédito, a seu exclusivo critério;

III - determinar a realização de **operações** com o objetivo de encerrar as **posições** próprias mantidas em aberto pelo **participante**;

IV - promover a transferência das **posições** em aberto e das **garantias** depositadas pelos **comitentes** adimplentes vinculados ao **participante** para outros **participantes**, mediante a concordância dos **participantes** recebedores das transferências de **posições** e **garantias**;

V - caso as transferências previstas no inciso **IV** não sejam possíveis dentro dos prazos estabelecidos pela **câmara**, a seu exclusivo critério, promover o encerramento a mercado das **posições** em aberto dos **comitentes** vinculados ao **participante**; e/ou

VI - adotar outras medidas para a mitigação do risco de contraparte e para a preservação do bom funcionamento do sistema de **liquidação** que julgar necessárias.

Seção II: Procedimentos Especiais de Liquidação e de Administração de Risco

Art. 142 Com o objetivo de evitar o risco sistêmico e ou de preservar o equilíbrio econômico das **operações** liquidadas por intermédio da **câmara**, a Diretoria Executiva da BM&FBOVESPA pode determinar a adoção de procedimentos especiais de **liquidação** e de administração de risco quando:

I - Não for possível determinar os valores de **liquidação** de uma ou mais **operações** ou **derivativos** em aberto, em virtude de problemas tecnológicos, operacionais, legais ou de qualquer outra natureza, que afetem a BM&FBOVESPA ou terceiros e que não sejam contemplados pelos planos de continuidade de negócios em vigor;

II - Não for possível processar a **liquidação** das **operações** e das **posições** em aberto em virtude de problemas tecnológicos ou operacionais que afetem a BM&FBOVESPA ou a infraestrutura do Sistema de Pagamentos Brasileiro e que não sejam contemplados pelos planos de continuidade de negócio em vigor;

III - Ocorrer a suspensão da negociação de **ativos** e ou de contratos liquidados por intermédio da **câmara**; e/ou

IV - Ocorrerem outros eventos que possam afetar a estabilidade dos mercados administrados pela BM&FBOVESPA.

§1º Os procedimentos especiais de **liquidação** e de administração de risco previstos no *caput* podem incluir, conforme o caso:

I - A alteração dos horários de funcionamento da **câmara** e dos horários de sua **janela de liquidação**;

II - O adiamento do processo de **liquidação** por um ou mais dias;

III - A **liquidação** de **operações** e de **posições** em aberto por preço arbitrado pela BM&FBOVESPA; e/ou

IV - O encerramento compulsório de **posições** em aberto por preço arbitrado pela BM&FBOVESPA.

§2º A adoção de procedimentos especiais de **liquidação** e de administração de risco deve ser comunicada com antecedência pela Diretoria Executiva da BM&FBOVESPA ao BCB e à CVM.

Seção III: Preservação da Compensação de Direitos e Obrigações em Caso de Falha da Câmara

Art. 143 Nos termos da legislação em vigor, e observadas as obrigações dos **membros de compensação** previstas anteriormente neste regulamento, todas as **posições** serão encerradas, apurando-se um único resultado multilateral compensado líquido para cada **membro de compensação**, mediante:

I - o ajuizamento de pedido de recuperação judicial ou o ajuizamento do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial pela BM&FBOVESPA; ou

II - a decretação judicial de falência da BM&FBOVESPA, cujos efeitos não sejam suspensos ou revogados em até 15 (quinze) dias corridos consecutivos.

§1º A ocorrência da hipótese I ou II mencionada no *caput* será comunicada pela **câmara** aos **participantes** e aos órgãos reguladores competentes.

§2º O processo de encerramento de **posições** terá início após a ocorrência da hipótese I ou II mencionada no *caput*, conforme os procedimentos e critérios estabelecidos pela **câmara**.

§3º O resultado multilateral compensado líquido de cada **membro de compensação**, mencionado no *caput*, será apurado pela **câmara** e deverá ser liquidado em data por ela estabelecida. O resultado multilateral compensado líquido de cada **membro de compensação** corresponderá à **compensação** de (i) resultados decorrentes do encerramento de todas as **posições** em aberto sob sua responsabilidade e (ii) eventuais obrigações não liquidadas pelo **membro de compensação** perante a **câmara** ou pela **câmara** perante o **membro de compensação**.

§4º A **câmara** poderá utilizar as **garantias** depositadas pelos **participantes**, na forma deste regulamento, caso o **membro de compensação** cujo resultado multilateral compensado líquido seja devedor não o liquide perante a **câmara**, na forma e nos prazos previstos neste artigo.

§5º Não obstante a ocorrência da hipótese II mencionada no *caput*, as obrigações dos **participantes** e da **câmara**, nos termos deste regulamento, permanecerão em vigor e exigíveis durante o período de 15 (quinze) dias corridos consecutivos mencionado do *caput*.

Art. 144 Nos termos da legislação em vigor, e observadas as obrigações dos **membros de compensação** previstas anteriormente neste regulamento, na hipótese de **inadimplência** do **pagamento**, total ou parcial, do **saldo líquido multilateral** a um **membro de compensação** pela **câmara**, que não tenha sido liquidada por um período de 20 (vinte) dias úteis consecutivos contado a partir da data de recebimento, pela **câmara**, de notificação por escrito do **membro de compensação** que deixou de receber os recursos devidos, a exclusivo critério desse **membro de compensação** suas **posições** poderão ser encerradas, apurando-se um único resultado multilateral compensado líquido.

§1º A ocorrência da **inadimplência** do **pagamento** mencionada no *caput* deve ser comunicada imediatamente pela **câmara** aos órgãos reguladores competentes.

§2º O processo de encerramento de **posições** será realizado a partir do término do período de 20 (vinte) úteis consecutivos mencionados no *caput*, conforme os procedimentos e critérios estabelecidos pela **câmara**.

§3º O resultado multilateral compensado líquido do **membro de compensação**, mencionado no *caput*, será apurado pela **câmara** e deverá ser liquidado em data por ela estabelecida. O resultado multilateral compensado líquido do **membro de compensação** corresponderá à **compensação** de (i) resultados decorrentes do encerramento das **posições** em aberto sob sua responsabilidade e (ii) eventuais obrigações não liquidadas pelo **membro de compensação** perante a **câmara** ou pela **câmara** perante o **membro de compensação**.

§4º A **câmara** poderá utilizar as **garantias** depositadas pelos **participantes**, na forma deste regulamento, caso o **membro de compensação** cujo resultado multilateral compensado líquido seja devedor não o liquide perante a **câmara**, na forma e nos prazos previstos neste artigo.

§5º Não obstante a ocorrência da **inadimplência** do **pagamento** mencionada no *caput*, as obrigações dos **participantes** e da **câmara**, nos termos deste regulamento, permanecerão em vigor e exigíveis durante o período de 20 (vinte) dias úteis consecutivos mencionado no *caput*.

CAPÍTULO VII: ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADES DA BM&FBOVESPA

Art. 145 Cumpridos os deveres e obrigações que lhe são atribuídos neste regulamento, a BM&FBOVESPA não indenizará os **participantes** ou qualquer terceiro:

I - pelo descumprimento de obrigações de qualquer **participante** perante os demais **participantes**, não importando as razões do descumprimento;

II - pela infringência, pelo **participante**, à legislação e às normas em vigor, e aos regulamentos e manuais emitidos pela BM&FBOVESPA;

III - por prejuízos causados por **participantes** em decorrência de infração a este regulamento e às normas vigentes;

IV - pelos efeitos decorrentes de cancelamento de **operações** pela CVM, pelo BCB, pelo Poder Judiciário e/ou pela BSM; e/ou

V - pelos efeitos decorrentes de cancelamento, pela BM&FBOVESPA, de **operações** que violem o disposto na legislação e regulamentação em vigor e nas normas, nos ofícios circulares e nos comunicados externos editados pela BM&FBOVESPA.

TÍTULO III: DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I: INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E POLÍTICA DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

Art. 146 A BM&FBOVESPA conta com infraestrutura tecnológica compatível com o seu enquadramento, pelo BCB, como **câmara de compensação** e de **liquidação** sistemicamente importante.

Art. 147 Conforme estabelecido em sua política de continuidade de negócios e demais normas relacionadas, a BM&FBOVESPA garante a continuidade de suas atividades em caso de desastre no centro de processamento de dados principal, possuindo centro de processamento de dados secundário.

Parágrafo único. O centro de processamento de dados secundário está aparelhado com os mesmos sistemas do centro de processamento de dados principal, *no-breaks* e geradores de energia, com interligação que permite a produção de cópia dos dados, em tempo real, entre os centros de processamento de dados da BM&FBOVESPA, viabilizando a retomada do funcionamento do sistema de **liquidação** em caso de interrupção do centro de processamento de dados principal.

CAPÍTULO II: MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

Art. 148 A BM&FBOVESPA, com o objetivo de assegurar o funcionamento dos mercados por ela administrados e de mitigar o risco sistêmico, pode adotar medidas de emergência, as quais podem ser aplicadas quando da ocorrência das seguintes situações:

- I - decretação de estado de defesa, estado de sítio ou estado de calamidade pública;
- II - guerra, comoção interna ou greve;
- III - acontecimentos de qualquer natureza, inclusive aqueles decorrentes de caso fortuito ou de força maior, que coloquem em risco o funcionamento dos mercados administrados pela BM&FBOVESPA; e
- IV - interrupções do funcionamento de sistemas tecnológicos da BM&FBOVESPA ou de terceiros que estejam fora do alcance dos procedimentos de contingência da BM&FBOVESPA e que comprometam ou coloquem em risco o funcionamento dos mercados administrados pela BM&FBOVESPA.

Art. 149 Compete ao Diretor Presidente da BM&FBOVESPA, nos termos do seu Estatuto Social:

- I - definir as situações ou fatos que requerem a adoção de medidas de emergência; e
- II - convocar a diretoria executiva da BM&FBOVESPA para deliberar quanto às medidas a serem adotadas.

Parágrafo único. Na impossibilidade de reunir a diretoria executiva, o Diretor Presidente da BM&FBOVESPA pode adotar as medidas de emergência que entender necessárias.

Art. 150 As medidas de emergência que podem ser aplicadas compreendem:

- I - alteração temporária das normas e procedimentos referentes às atividades da BM&FBOVESPA;
- II - alteração temporária das normas e procedimentos referentes ao processo de **liquidação** e de administração de risco da **câmara**;
- III - suspensão das atividades de um ou mais **participantes**; e
- IV - recesso da BM&FBOVESPA.

Art. 151 A aplicação de medida de emergência não dispensa ou exonera os **participantes** do cumprimento de obrigações, especialmente aquelas referentes à **cadeia de responsabilidades** na **liquidação**, tampouco a BM&FBOVESPA pelo cumprimento de suas obrigações perante os **participantes**.

CAPÍTULO III: CUSTOS E ENCARGOS

Art. 152 A BM&FBOVESPA estabelece, nos termos de sua política de tarifação, os critérios utilizados para o cálculo, os valores e as condições para o **pagamento dos custos e encargos**.

Art. 153 O atraso no **pagamento dos custos e encargos**, sem prejuízo da eventual declaração do **participante** como **devedor operacional** ou **inadimplente**, implica:

I - incidência de **multa** e juros; e

II - aplicação de eventuais outras penalidades, conforme estabelecido pela BM&FBOVESPA.

CAPÍTULO IV: SANÇÕES

Art. 154 Compete à BSM apurar e punir as infrações ao disposto neste regulamento, nas normas que o complementam ou na legislação e regulamentação em vigor, aplicando, conforme o caso, as penalidades previstas em seu Estatuto Social, na forma de seu Regulamento Processual.

Art. 155 Sem prejuízo da competência da BSM para apurar e punir as infrações ao disposto neste regulamento, nas normas que o complementam ou na legislação e regulamentação em vigor, caberá à BM&FBOVESPA:

I - cancelar a **autorização de acesso** dos **participantes autorizados** que deixarem de atender aos requisitos para manutenção de suas respectivas autorizações; e

II - aplicar **multas** por atraso no cumprimento de obrigações previstas neste regulamento, de acordo com os valores e condições fixados no manual de procedimentos operacionais da **câmara** e em outros normativos editados pela BM&FBOVESPA.

Parágrafo único. No caso de aplicação da sanção de **multa** o valor é incorporado ao **saldo líquido multilateral** do **participante** infrator, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

Art. 156 Na hipótese de cancelamento da **autorização de acesso** do **participante autorizado**, a BM&FBOVESPA comunicará o fato ao BCB e à CVM.

CAPÍTULO V: DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 157 O presente regulamento é aprovado pelo Conselho de Administração da BM&FBOVESPA e pelos órgãos reguladores competentes.

Parágrafo único. Qualquer alteração a este regulamento somente pode ser realizada seguindo os mesmos rituais de aprovação das autoridades reguladoras competentes, nas suas respectivas esferas de atuação, e do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA, nos termos de seu Estatuto Social, podendo, apenas para efeitos de divulgação, ser comunicada ao mercado por outros meios, como ofícios circulares, comunicados externos e outros.

Art. 158 Aplicam-se a este regulamento as leis e normativos em vigor no Brasil referentes às atividades da **câmara** e seus **participantes**.

Art. 159 Os **participantes**, sem prejuízo da adoção de outras medidas, devem comunicar à BM&FBOVESPA indícios de irregularidade nas **operações** e ocorrências que possam afetar o cumprimento das regras estabelecidas neste regulamento.

Art. 160 A BM&FBOVESPA mantém o sigilo das **operações** e presta informações às autoridades reguladoras competentes, nos termos da legislação e da regulamentação vigente, comunicando as ocorrências e os dados relativos às atividades nela desenvolvidas.

Art. 161 A BM&FBOVESPA e seus **participantes** obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no presente regulamento, no manual de procedimentos operacionais da **câmara** e demais normas e regras editadas pela BM&FBOVESPA.

Art. 162 Os dispositivos constantes deste regulamento obrigam, para todos os fins de direito, os **participantes** nele mencionados e a BM&FBOVESPA.

Art. 163 Os contratos firmados entre **participantes** não podem conflitar com o disposto neste regulamento e seus complementos normativos.

Art. 164 A BM&FBOVESPA pode editar normas complementares para aplicação do disposto neste regulamento.

Art. 165 Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor Presidente da BM&FBOVESPA.